

Sociedade em Tumulto

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO¹

Universidade de Coimbra

VEGÉCIO E A PRÁTICA MILITAR MEDIEVAL: INFLUÊNCIA REAL E CONDICIONALISMOS

RESUMO

No final do séc. IV ou nos inícios do séc. V, um autor latino de nome Flávio Vegécio Renato compôs uma arte da guerra (a *Epitoma rei militaris*) que viria a tornar-se numa das obras clássicas mais copiadas e traduzidas no Ocidente europeu até ao Renascimento. Ao longo dos últimos 100 anos, os historiadores têm debatido com paixão a influência que este tratado pode ter tido na prática da guerra pelos generais medievais. A tese pró-vegeciana de Henri Delpach (1885-1886) e seus seguidores suscitou respostas contundentes de autores consagrados como R. C. Smail (1956). Entre um e outro extremos, surgiram interpretações moderadas como a de Philippe Contamine (1980). Neste artigo, faz-se o balanço desse debate, reavalia-se (com base nos estudos de P. Richardot, 1998, e de C. Allmand, 1998 e 2001) a actualidade que os preceitos de Vegécio poderão ter tido para os chefes militares medievais e recupera-se o caso de Foulque Nerra, conde de Anjou (987-1040), apresentado pela primeira vez em 1985 por Bernard Bachrach e aqui utilizado como modelo para investigações futuras, incluindo em Portugal.

Palavras-chave: Arte militar medieval, Exército romano, Tratados militares.

ABSTRACT

In the late 4th and early 5th century, a Latin author named Flavius Vegetius Renatus wrote a treatise on the art of warfare (*Epitoma rei militaris*) which would become one of the most copied and translated classical works in the European Occident until the Renaissance. Over the last one hundred years, historians have passionately debated the influence that this treatise might have had on medieval generals' practice of warfare. The pro-Vegetius thesis defended by Henri Delpach (1885-1886) and his followers gave rise to sharp rebuttals from renowned authors

¹ Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Instituto de História e Teoria das Ideias). Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra).

such as R. C. Smail (1956). Between both extremes, moderate interpretations also appeared, such as that of Philippe Contamine (1980). This article sums up this debate, re-assesses the relevance that Vegetius's precepts might have had for medieval military chiefs (based on the studies of P. Richardot, 1998, and C. Allmand, 1998 and 2001), and revisits the case of Foulque Nerra, Count of Anjou (987-1040), presented for the first time in 1985 by Bernard Bachrach, which is used here as a model for future research in Portugal and elsewhere.

Keywords: Medieval warfare, Roman army, Military treatises.

Introdução

Flávio Vegécio Renato, autor latino dos finais do séc. IV ou da primeira metade do séc. V d.C., foi um dos escritores clássicos mais populares no Ocidente europeu ao longo de toda a Idade Média. Da sua obra principal, a *Epitoma rei militaris*², sobreviveram pelo menos 226 manuscritos latinos completos, o mais antigo dos quais remonta ao séc. IX. Mas, se considerarmos igualmente os manuscritos contendo apenas excertos deste tratado assim como as perto de 80 traduções para sete línguas vernáculas que dele foram feitas (a primeira para anglo-normando, por “Maître” Richard, cerca de 1271-1272, as restantes para francês, para italiano, para inglês, para alemão, para castelhano e para catalão), então concluiremos que o património da obra vegeciana se cifra actualmente em 320 a 330 manuscritos, com datações compreendidas entre os sécs. VII e XIX, devendo ser realçado que mais de 90% desses manuscritos apresenta uma datação anterior a 1500³. Os números falam por si, tendo levado Philippe Richardot a concluir que Vegécio foi o quarto autor latino mais copiado na Europa até 1300 (logo a seguir a Cícero, a Ovídio e a Virgílio, à frente de César, de Tito Lívio, de Vitrúvio, de Frontino e de todos os outros)⁴, enquanto Christopher Allmand observou que a *Epitoma rei militaris* configurou um *best-seller* em todo o Ocidente europeu até, pelo menos, o ano de 1500⁵.

² Também conhecida por *De re militari*.

³ Vide Reeve (2000:251; e 2004:XV), Schrader (1979:280-305), Allmand (1998:32) e Richardot (1998:19). Como defendemos recentemente (Monteiro e Braga, 2009: 142-147), é muito provável que tenha sido igualmente preparada em meados de Quatrocentos, pelo Infante D. Pedro (duque de Coimbra e regente de Portugal), uma tradução portuguesa da *Epitoma rei militaris*.

⁴ Vide Richardot (1998:193).

⁵ Vide Allmand (1998:32).

Esta extraordinária popularidade da obra de um autor de quem muito pouco se sabe – mas que, pelo seu nome e pela forma como se apresenta a si próprio no início do tratado (“Flavii Vegeti Renati viri illustris comitis”), se supõe ter sido um alto funcionário imperial, obediente ao Cristianismo e com possível origem hispânica⁶ – tem suscitado um aceso debate entre os historiadores, desde há mais de um século. Não sendo possível contestar materialmente a presença relevante de Vegécio nas bibliotecas medievais europeias, nem sequer a posse da *Epitoma rei militaris* por parte de muitas das mais insígnies figuras da época (entre reis, rainhas, príncipes seculares, papas, bispos, grandes letrados, chefes políticos e militares, etc.)⁷, tem-se discutido sobretudo a influência real de Vegécio *na condução concreta da guerra*, designadamente do ponto de vista estratégico e tático, mas também nos planos organizativo e da administração militar. É justamente o balanço desse debate que desejamos fazer neste artigo, sublinhando a oportunidade deste exercício no seio de uma comunidade científica que continua a dedicar ao tema uma atenção muito especial, como bem documenta o facto de os dois artigos de abertura do primeiro volume (2002) do excelente *Journal of Medieval Military History* terem sido, precisamente, dedicados à “ciência da arte militar” em Vegécio e aos “limites da estratégia vegeciana”⁸...

1. O debate historiográfico e os seus dilemas

Em 1885-1886, o investigador francês Henri Delpech, numa obra em dois tomos dedicada à táctica militar na centúria de Duzentos, defendeu convinctamente a tese de uma poderosa influência de Vegécio

⁶ Vide a síntese que preparámos sobre este problema em Monteiro e Braga (2009: 89-91). As citações de Vegécio que faremos ao longo deste trabalho são extraídas dessa obra, onde apresentamos (em versão bilingue) uma tradução portuguesa da *Epitoma rei militaris* feita a partir da edição crítica latina publicada em Oxford, em 2004, pelo Professor Michael D. Reeve.

⁷ Sobre esta matéria, vide sobretudo Richardot (1998:44-54) e, para o que diz respeito à Inglaterra do séc. XV, Allmand (1998:44) e Lester (1988:17).

⁸ Vide Rogers (2002:1-19); e Morillo (2002:21-41). O debate prosseguiria no número seguinte do *Journal* (II, 2004), com a interessante réplica de Gillingham (2004:149-158) “em defesa da arte militar de Vegécio”. O nosso contributo para esta discussão, ancorado no *study case* da batalha de Aljubarrota (18-VIII-1385), pode ser apreciado em Monteiro (2009b: no prelo).

sobre toda a arte militar medieval⁹. Delpech, que se deixara impressionar pelo volume dos testemunhos materiais da *Epitoma* já então conhecidos, teve alguns seguidores, como por exemplo H. Nickerson (1925), Walter Goffart (1977) ou Alexander Murray (1978)¹⁰, mas também muitos opositores, um dos quais, A. Molinier, publicaria (logo em 1888) uma crítica impiedosa do seu método e das conclusões a que ele conduziria¹¹. Como sintetizou Bernard Bachrach, num artigo de referência sobre esta matéria publicado pela primeira vez em 1985, Delpech via Vegécio em quase todo o lado e não só não admitiu que um general podia ter escolhido uma orientação táctica ou estratégica sem primeiro a ter aprendido na *Epitoma* como também não percebeu que um escritor medieval que conhecesse este tratado poderia descrever uma campanha militar em termos bastante vegecianos¹²! Neste comentário, Bachrach retomava, no fundo, o essencial das pertinentes observações de R. C. Smail, que no seu belo livro *Crusading Warfare* (1956) criticara também os procedimentos e as conclusões de Delpech, dizendo: “O método deste historiador consistia em encontrar nos textos medievais ideias e dispositivos militares que constam de Vegécio. Para ele, isso era suficiente para provar a influência deste escritor sobre a prática militar medieval. Ele chegou mesmo a recorrer a semelhanças verbais como elemento de prova dos seus argumentos; por exemplo (...), a utilização da frase ‘quasi murus’ para descrever a infantaria tanto por Vegécio [*Epitoma*, Liv. II, cap. 17] como por certos autores medievais. Delpech não reconhecia nenhuma capacidade inventiva à Idade Média, nem sequer a do senso comum”¹³.

As observações de Smail fazem tanto mais sentido quanto se sabe que a essência da estratégia preconizada por Vegécio (prioridade à guerra de desgaste com grande incidência logística visando debilitar o adversário e vencê-lo pela fome e não pelo ferro; evitar a batalha campal a não ser em condições de manifesta superioridade posicional ou de efectivos) não pode ser *exclusivamente* relacionada com as condições de exercício da arte militar existentes na Idade Média europeia. Em primeiro lugar, porque Vegécio escreveu ainda na Antiguidade Tardia

⁹ Vide Delpech (1885-1886, esp. II:130-146 e 240-290).

¹⁰ Vide Nickerson in Spalding (1925:294-297); Goffart (1977:65-66, n. 3); e Murray (1978:127-130).

¹¹ Vide A. Molinier (1888:185-195).

¹² Vide Bachrach (1985/2002:239-240).

¹³ Vide Smail (1956/1995:121, n. 3).

e, no seu trabalho, compilou os ensinamentos dos grandes estrategos e autores militares romanos *do passado*, desde Catão-o-Antigo (232-149 a.C.) até Paterno (2.^a metade do séc. II d.C.), passando por Celso e por Frontino, todos nomeados no Livro I, cap. 8, do compêndio. Não espanta, portanto, que Clifford Rogers, no citado artigo em que discute a “ciência da guerra” de Vegécio, fale em estratégia “vegeciana ou fabiana”¹⁴, reportando-se decerto ao comportamento adoptado pelo general e ditador romano Fábio Máximo (275-203 a.C.) quando lhe coube vigiar e fustigar Aníbal Barca no Norte de Itália, no contexto da Segunda Guerra Púnica. Em segundo lugar, porque é possível ir mais longe no estabelecimento de tais paralelos, tal como fez Stephen Morillo¹⁵, quando evidenciou as semelhanças existentes entre os preceitos estratégicos de Vegécio e aqueles que constam da *Arte da Guerra* de Sun Tzu, o conselheiro militar ou general chinês que se distinguiu em data ainda hoje controversa mas certamente situada entre os séculos VI e IV a.C.¹⁶. Ou seja, a estratégia vegeciana (decerto aplicável aos contornos gerais de muita da estratégia militar medieval europeia) também se pode aplicar ao mundo clássico e mesmo pré-clássico, ou ao mundo medieval não-europeu, em resultado da sua dependência intrínseca da natureza (e da respectiva sazonalidade), das limitações técnicas, da prioridade dada à defesa do território, etc. Tal como avança Morillo, é possível admitir que tanto Bizâncio como o Islão ou os Otomanos foram, todos eles, praticantes da chamada “estratégia vegeciana”, sempre muito ligada à sedentarização e ao engrandecimento territorial, inimiga da centralização política e altamente partidária da guerra logística e do encastelamento¹⁷. Em síntese, as recomendações de natureza estratégica e táctica constantes da *Epitoma* passíveis de serem reconhecidas nos procedimentos militares dos generais medievais do Ocidente europeu ao longo de toda a Idade Média não têm que ser vistas como derivando

¹⁴ Vide Rogers (2002:9 e 16).

¹⁵ Vide Morillo (2002:21-23).

¹⁶ Vide a edição portuguesa do clássico de Sun Tzu assinada por L. Giles (2006), em particular o cap. III, § 6, onde se pode ler a seguinte recomendação de Sun Tzu: “Por isso, o comandante hábil subjuga as tropas do inimigo sem combate; conquista as suas cidades sem as cercar; derruba o seu reino sem se envolver em campanhas prolongadas” (p. 79). Para um bom conhecimento da obra deste grande tratadista chinês e seu enquadramento histórico, recomendamos vivamente a consulta da edição inglesa de Samuel Griffith (2005), com *foreword* de Liddell Hart.

¹⁷ Vide Morillo (2002:23-24, 29 e 34-37).

necessariamente de um conhecimento (directo ou indirecto) da obra de Flávio Vegécio Renato: a experiência concreta da guerra, as condições objectivas em que ela se desenrolava e o simples bom senso podiam, por si sós, conduzir à implantação de tais procedimentos¹⁸.

A sensatez e boa fundamentação das objecções colocadas à tese de H. Delpech convidaram muitos historiadores a colocar-se numa posição intermédia, a qual, não negando o valor prático e utilitário do compêndio de Vegécio (aliás retomado em muitos tratados medievais relevantes, designadamente no âmbito da literatura dos “espelhos de príncipes”: vide, p. ex., o *De Regimine Principum* de Gil de Roma, c.1277-1279), se colocava numa atitude prudente, reconhecendo ser preciso ir muito mais longe do que Delpech fora para provar o uso prático da *Epitoma* pelos generais da Idade Média. Entre estes autores, destacamos o contributo de Philippe Contamine, quando, ao mesmo tempo que lembra como Vegécio foi, no domínio militar, “o *auctor*, a *auctoritas* por excelência” ao longo da Idade Média europeia, acrescenta também que “a influência real, concreta, desta *auctoritas* é difícil de determinar, por um lado na medida em que o exército a que se refere Vegécio é profundamente diferente na sua composição, no seu recrutamento, na sua finalidade, até no seu espírito, dos exércitos medievais, por outro lado porque, na maior parte dos casos, não podemos senão suspeitar da cultura teórica dos governantes e dos chefes de guerra”¹⁹. Em boa parte, e tal como lucidamente observou Bernard Bachrach, a questão consiste, portanto, em saber o que é que pode constituir um meio adequado de prova para se poder concluir que um autor ou um comandante medieval “não só conhecia o trabalho de Vegécio como também usava a *Epitoma rei militaris*, ou as suas ideias, para finalidades militares práticas”²⁰. Em grande medida, é por aqui que passa hoje o debate historiográfico sobre a influência real de Flávio Vegécio Renato na prática militar medieval.

74

2. Condicionalismos ao aproveitamento da *Epitoma rei militaris* na guerra medieval

Como já se adivinha, não só a circunstância de a estratégia preconizada por Vegécio não poder ser especificamente relacionada com as condições da guerra na Idade Média europeia levou muitos

¹⁸ Sobre este assunto, vide também García Fitz (1998:311).

¹⁹ Vide Contamine (1986:353-355).

²⁰ Vide Bachrach (1985/2002:241).

autores a erguer a guarda contra uma eventual influência da *Epitoma* sobre a arte militar dos séculos VII a XV.

Um dos factores mais invocados para cortar a possibilidade de qualquer ligação directa entre os preceitos (neste caso não só estratégicos e táticos, mas também organizativos) de Catão, de Paterno, de Celso ou de Frontino, por um lado, e o desempenho efectivo dos chefes militares medievais, por outro, consiste nas gritantes diferenças entre os exércitos romanos e os seus congéneres medievais. Na verdade, as forças armadas que Vegécio – inconformado com as derrotas dos exércitos romanos faces aos bárbaros e desejoso de retomar as boas práticas marciais do passado – pretendia restaurar, através dos conselhos que dava ao imperador a quem dirigiu o seu compêndio, eram forças armadas baseadas numa infantaria pesada de elite, do tipo legionário, e não em corpos de cavalaria, à maneira medieval! Tais exércitos (romanos clássicos) deviam ser criteriosamente recrutados entre camponeses habituados às fadigas de uma vida dura sem folganças e entre cidadãos que se dedicavam a profissões vis, onde se manejavam armas ou instrumentos cortantes e onde o espargimento de sangue tinha constantemente lugar, e não entre nobres virtuosos que não sujavam as mãos na lavoura ou nos ofícios manuais e que deviam a sua incorporação militar (e, muitas vezes, o comando das hostes) à sua condição social, isto é, ao seu nascimento e não a qualquer apetência especial para a prática da guerra. Acresce ainda que os exércitos romanos eram formados por corpos de efectivos numerosos, ao contrário dos exércitos medievais, a quem hoje se reconhecem números totais de efectivos muito reduzidos, que raramente ultrapassavam os 5 000 a 10 000 homens e que, não poucas vezes, se ficavam até por escassas centenas de cavaleiros de cada um dos lados. Finalmente, os exércitos legionários que Vegécio gostaria que o imperador (não se sabe bem qual²¹) restaurasse, de modo a enfrentar os bárbaros e os Persas com eficácia, eram exércitos permanentes, sujeitos a um treino diário intensivo, em que os soldados perfaziam carreiras de perto de duas

²¹ A hipótese de identificação do imperador-destinatário do *Epitoma* que tem suscitado mais consenso entre os investigadores é Teodósio I (379-395), mas outras têm sido também avançadas, como Valentiniano II (375-392), Honório (392-423) ou Valentiniano III (425-455). Recentemente, Vincenzo Ortoleva (2006:49-50) avançou a possibilidade de o compêndio de Vegécio ter sido escrito em 447-448, em Constantinopla, sendo dedicado ao imperador Teodósio II. Sobre todo este debate, *vide* a nossa síntese em Monteiro e Braga (2009: 91-95).

décadas, com um enquadramento orgânico e um comando rigorosos, o que contrasta fortemente com os indisciplinados exércitos medievais, recrutados *ad hoc* para cada campanha militar e desmobilizados logo a seguir, quase sem treino conjunto ou outra preparação prévia que não a resultante da sua intervenção em campanhas anteriores. Como observou Francisco García Fitz, a forma como o descontrolo provocado pelo início das cargas da cavalaria medieval desmentia muitas vezes os preceitos teóricos de qualquer arte militar de cunho clássico encontra expressão literária numa conhecida passagem do *Libro de los Estados* do magnate castelhano Don Juan Manuel (1282-1348), onde se pode ler que ... “dende adelante fagase lo que Dios toviere por bien”²²...

Perante tanta diferença apontando para a impossibilidade material de transpor o modelo da legião para um exército medieval, muitos autores, a começar por García Fitz, sentiram que era prudente atenuar a real influência clássica sobre a arte militar medieva. Considerando o caso específico da literatura didáctica produzida em Castela durante os séculos finais da Idade Média, García Fitz conclui que “de facto, existem indicadores suficientes para pensar que a presença de Vegécio, à margem das citações concretas na didáctica militar castelhana [Frey Juan Gil de Zamora, *De Preconiis Hispanie*; Don Juan Manuel, *Libro del cavallero et del escudero*; Afonso X, *Siete Partidas*; entre outras obras], é mais testemunhal. O exército a que Vegécio faz referência é totalmente diferente do medieval”²³.

Entretanto, nos últimos anos, alguns investigadores que se têm debruçado sobre a obra de Vegécio têm insistido na ideia de que, afinal, na Idade Média, os exércitos romanos não estavam assim tão fora de moda. Philippe Richardot, por exemplo, recorda um texto de Widukind de Corvey sobre a batalha de Lechfeld²⁴ em que o cronista beneditino (contemporâneo da batalha) opta por descrever a organização das forças otonianas evocando a ordenação das 10 coortes de uma legião romana disposta em ordem de batalha²⁵. Com a recordação deste exemplo, e com o devido desconto à provável ornamentação literária do cronista,

²² Vide García Fitz (1989:283).

²³ Vide García Fitz (1989:274).

²⁴ A batalha de Lechfeld foi travada perto de Augsburg, na Baviera, em 10 de Agosto de 955, entre Otão I, rei dos Saxões (a partir daí cognominado “O Grande”), e os Magiares, que avançavam na direcção do Ocidente europeu em *raids* e cercos sucessivos, sob o comando de Karchas Bulcsu.

²⁵ Vide Richardot (1998:151-152).

Richardot pretende também mostrar que Vegécio fornecia “princípios de acção aplicáveis a todas as épocas”, não propondo aos homens de guerra “modelos preconcebidos e inatingíveis” mas sim “arquétipos que eles eram livres de adaptar às suas necessidades e um ideal de eficácia militar” que acabaria, aliás, por o converter no “oráculo militar do Ocidente até ao Renascimento”²⁶.

Esta ideia da ‘actualização’ da *Epitoma* à luz das realidades sociais e militares medievais foi também desenvolvida por Christopher Allmand, a partir da análise detalhada das traduções vernaculares de Vegécio feitas nos finais da Idade Média (a primeira tradução de Vegécio para inglês data apenas de 1408). Allmand mostrou que a tradução do maior compilador militar romano “não consistia tanto no verter de um tratado ‘histórico’, ‘arqueológico’ ou ‘fossilizado’ quanto num trabalho que, pela omissão de certo material, pelo acrescento de exemplos actualizados e pela modernização do vocabulário podia revelar possuir algum valor prático contemporâneo”. Nesse sentido, as famosas *augmentations* que se detectam nas obras de vários tradutores vernaculares, a começar pelo francês Jean de Meun (o autor da mais importante tradução medieval de Vegécio, executada em 1284 e que principia por seguir de perto o original mas onde, pouco depois, começam a surgir referências às histórias da Grécia e de Roma, à batalha de Bouvines, à figura de Corradino, etc.) revelam a importância do estatuto de actualidade acordado pelos copistas ao trabalho que tinham em mãos²⁷.

Também nós, na Península Ibérica, podemos pressentir esse desejo de ‘actualização’ e de ‘adaptação’ do texto de Vegécio ao contexto sócio-mental e às práticas guerreiras medievais. Basta consultar a 2.^a das *Siete Partidas* do rei castelhano-leonês Afonso X (1252-1284), onde os segredos da arte militar e as actividades da “cavalaria” são examinadas de forma muito sugestiva para o público contemporâneo, mas onde são simultaneamente muito fortes as ressonâncias da *Epitoma*: p. ex., no Título XXI, Lei II, da “Segunda Partida”, Afonso X refere a autoridade de “un sabio que habie nombre Vegecio que fabló de la orden de caballería”; no entanto, o monarca viu-se forçado a justificar perante os seus leitores por que motivo é que, no tempo em que viviam, o núcleo duro dos exércitos já não era composto por camponeses ou por mestrais de ofícios vis, mas sim por nobres cavaleiros: é que, com o andar dos tempos, tinha-se chegado à conclusão de que aos grupos

²⁶ *Idem, ibidem* (pp. 186-187).

²⁷ *Vide* Allmand (1998:43).

sociais recomendados por Vegécio faltava a “vergüenza” necessária para serem capazes de enfrentar (sem fugir) um inimigo poderoso e de o derrotar²⁸... Razão parece, pois, ter tido Josette Wisman quando afirmou que os tradutores e os autores dos melhores tratados políticos, enciclopédicos e militares europeus “modernizaram” a obra de Vegécio para a adaptar a finalidades práticas: “geralmente bem organizada, ela era um resumo de todos os tratados militares escritos antes do século V e os escritores medievais enriqueceram-no e perpetuaram-no através da sua análise dos ensinamentos de Vegécio”²⁹. É por tudo isto que faz todo o sentido continuar hoje a discutir a influência concreta do maior tratado de arte militar romana sobre a prática da guerra na Idade Média europeia, mau grado as profundas diferenças que separam os exércitos legionários das hostes medievais.

3. Princípios gerais da *Epitoma rei militaris* úteis na guerra medieval

Chegados aqui, gostaríamos de destacar um conjunto restrito de princípios *básicos* preconizados por Vegécio cuja aceitação e utilidade para os líderes políticos e militares medievais nos parece, *mutatis mutandi*, manifesta.

O primeiro exemplo tem que ver com a ideia de *uma selecção cuidadosa dos combatentes e da necessidade de os exercitar adequadamente*. Vegécio deu grande importância a este assunto, a que dedicou uma parte significativa do primeiro dos quatro livros de que se compõe o seu compêndio. O tratadista romano chega mesmo a jogar com as etimologias, lembrando que a palavra “legião” (*legio*) deriva de “escolha” (*eligere*)³⁰, uma observação que não escaparia, aliás, a S. Isidoro de Sevilha. Como é sabido, Vegécio estabelece, nesse Livro I da *Epitoma*, diversos critérios de selecção dos recrutas: idade, estatura, robustez e resistência físicas, visão, idoneidade moral, conhecimentos básicos de escrita e de cálculo (ao menos em alguns casos), etc. Ora, um grande número de relevantes autores medievais retomou na íntegra (ou quase) estes critérios, conforme facilmente se comprova pela consulta de textos tão díspares e tão distanciados

²⁸ Vide Afonso X, *Siete Partidas*, II, Tít. XXI, Lei II. Vide também os comentários de Peter Russell (1997:54-55) a este respeito.

²⁹ Vide Wisman (1979:31).

³⁰ Cf. *Epitoma rei militaris*, Liv. II, cap. 1: “Legio autem ab eligendo appellata est”.

no tempo e no espaço quanto os produzidos por Isidoro (bispo de Sevilha, sécs. VI-VII), por Rábano Mauro (abade de Fulda, inícios do séc. IX), por João de Salisbúria (bispo de Chartres, meados do séc. XII), por Radulfo de Diceto (arquidiácono e, depois, deão em Londres nos finais do séc. XII e primeiros anos do séc. XIII), pelo autor anónimo do *Pulcher Tractatus de Materia Belli* (redigido em Itália em finais do séc. XIII ou inícios do séc. XIV), por Jean de Hocsem (mestre de Teologia em Liège, em meados do séc. XIV) ou por Cristina de Pisano (célebre autora de origem italiana que escreve para a grande nobreza da França em inícios do séc. XV). É interessante notar como, no extremo final de Quatrocentos, o autor do célebre *Rosier des guerres* (escrito c.1481-1482, talvez por Pierre Choynet, médico e astrólogo de Luís XI), traduz ainda, quase palavra a palavra, os critérios físicos de recrutamento militar enunciados mais de mil anos antes por Vegécio³¹!

Mas os escritores medievais coincidiam também com a *Epitoma*³² na identificação dos ofícios manuais que consideravam mais favoráveis para gerar bons soldados (ferreiros, carpinteiros, carnicheiros, caçadores de veados ou de javalis), assim como no arrolamento dos ofícios julgados ignóbeis, ou pelo menos impróprios, para esse efeito (pescadores, passarinheiros, tecelões, profissões feminis, etc.). A partir do séc. IX, Rábano Mauro resumiu esta lista, e os autores da Baixa Idade Média retomaram-na ou até a alargaram, num sentido e noutro (o dos ofícios próprios e o dos ofícios impróprios para gerar bons combatentes), tal como se pode verificar pela consulta das *Siete Partidas* de Afonso X (onde se advoga, p. ex., o recrutamento de pedreiros) ou do *De Regimine Principum* de Gil de Roma (que recusa, p. ex., o recrutamento de barbeiros, de sapateiros ou de boticários). Sintomaticamente, e reforçando o que dissemos mais atrás, estes autores mantêm sempre presente a preocupação de adaptar Vegécio às concepções cavaleirescas do seu tempo, motivo que levou Gil de Roma a analisar o caso específico dos nobres, que – para além de um forte sentimento de “honra”, que lhes tolhe a fuga do campo de batalha – considera como distinguindo-se mais pelas qualidades intelectuais (sagacidade e astúcia) que estão muitas vezes na origem de uma vitória militar do que pelas capacidades físicas (que, no entanto, mesmo quando diminutas, conseguem compensar graças à posse de uma montada). O próprio S. Tomás de Aquino

³¹ Sobre toda esta matéria, vide Richardot (1998:104-105).

³² Cf. *Epitoma rei militaris*, Livro I, cap. 7.

retoma a argumentação de Vegécio contra os cidadãos³³ e aplica-a aos mercadores (algo que Vegécio não fizera), demasiado habituados à sombra e a não trabalhar com as mãos, e amolecidos de corpo e de alma pelos prazeres mundanos. Em conclusão, a maior parte dos comentadores medievais, não tendo desenvolvido uma casuística tão complexa quanto a de S. Tomás, retomou os critérios de selecção de Vegécio. Como sintetiza Cristina de Pisano no seu belo *Livre des Faits d'Armes et de Chevalerie* (II, 2), “dit Vegece, *De Chevalerie*, ceulx sont propices aux armes qui ont acoustumé a travailler”³⁴...

Nos finais do séc. XIV, com a degradação do modelo cavaleiresco, os critérios de selecção propostos por Vegécio ganhariam uma especial acuidade, sendo reforçados por uma visível preocupação com o problema do exercício militar dos recrutas. Em 1405, Jean Gerson (chanceler de Carlos VI de França e teólogo de inspiração nominalista³⁵) escreveria, com saborosa ironia, que “main tendre tient mal espée et chief bien pigné porte mal le bacinet”³⁶. A vitória na guerra era aqui, claramente, associada à qualidade do recrutamento e do treino militares, aspectos que o imaginário medieval associava sem reбуço ao exército romano. Por exemplo, na época carolíngia, Rábano Mauro, no seu *De procinctu Romanae Militiae* (um resumo da *Epitoma* feito c.855-856) retoma todos os temas da instrução militar desenvolvidos por Vegécio no Livro I do seu tratado (corrida, salto, natação, manejo de espadas duplamente pesadas contra postes de madeira, arremesso de dardos e de pedras, tiro com arco, etc.), compondo mesmo um capítulo particular sobre a importância dos exercícios de equitação (montar de Verão e de Inverno, armados e desarmados, a partir do lado esquerdo e do lado direito da montada) onde recorda a excelência dos Francos na arte de cavalgar, circunstância que lhes permitira pôr muitas vezes

³³ Convém aqui notar que Vegécio, embora preferisse claramente o recrutamento de camponeses, admitia a mobilização de cidadãos, os quais, desde que bem exercitados ao ar livre, podiam (a exemplo dos nativos de Roma) tornar-se temíveis combatentes (cf. *Epitoma*, Livro I, cap. 3). João de Salisbúria, no seu *Policraticus* (1159, talvez o primeiro grande tratado político da Idade Média), obra em que se compila largamente o *opus magnum* de Vegécio, retoma esta ideia da *Epitoma*, que escapou à maioria dos comentadores medievais: *vide* Richardot (1998:107-108), que remete o leitor para a consulta do *Policraticus* (VI, 6).

³⁴ Citado por Richardot (1998:107).

³⁵ Acerca desta célebre personagem, *vide* a síntese de Jacques Paul (1998:358-359).

³⁶ Citado por Richardot (1998:108-109).

em combate cavaleiros pesados não munidos de estribos, o que lhes garantiria não poucas vitórias na guerra³⁷. Jean de Meun, pelo seu lado, optou por valorizar os preceitos de Vegécio sobre a prática da natação, lembrando a capacidade dos “Tártaros” nessa matéria³⁸. Do mesmo modo, é interessante verificar como as iluminuras de algumas das traduções vernaculares da *Epitoma* representam cenas de treino militar, mostrando que este era justamente um dos aspectos do tratado de Vegécio que mais prendia a atenção dos leitores medievais dos sécs. XIII a XV. Richardot, que analisou com vagar esta faceta, alude a iluminuras representando cavaleiros que tentam reproduzir os exercícios preconizados no Livro I de Vegécio: golpear uma estaca espetada em terra; saltar equipado para cima de um cavalo; adestrar o uso da funda e do dardo; etc.³⁹.

Uma segunda ideia básica da *Epitoma* que nos parece ter-se compaginado bem com o contexto político dos finais da Idade Média tem que ver com a afirmação do princípio de todos deverem participar na defesa da Pátria e da Coroa. Trata-se da ideia do retorno a um exército de cidadãos, assente no treino militar dos jovens e pressupondo a generalização dos exercícios guerreiros a todas as categorias sociais. Nos finais do séc. XIV e ao longo do séc. XV, estas ideias – que evocavam as práticas marciais romanas do passado – entusiasmavam grandes figuras do Humanismo, como por exemplo Coluccio Salutati (1331-1406), Leonardo Bruni (c.1370-1444) ou Matteo Palmieri (1406-1475). Como observa Richardot, “as ideias vegecianas de selecção dos recrutas tinham conduzido a um ideal cívico que era já o do Renascimento”⁴⁰. O modelo da cidade antiga, onde os deveres militares se estendiam a todos os indivíduos, readquiria a sua força, num contexto mental que – à maneira do preconizado na *Epitoma* – voltava a consagrar o valor militar como uma resultante do treino intensivo, e não do nascimento.

³⁷ Vide Richardot (1998:110).

³⁸ *Idem, ibidem*.

³⁹ *Idem, ibidem* (pp. 110-111). Richardot dá conta de uma iluminura que mostra um cavaleiro a atacar uma estaca com uma massa do tipo do temível *goedendag* ou *morgenstern* flamengo. Segundo o mesmo autor, uma iluminura do séc. XIV mostra também um cavaleiro justando contra uma quintana – um exercício tipicamente medieval, não evocado por Vegécio, o que simboliza o entrelaçamento das recomendações clássicas de Vegécio com as práticas marciais da Idade Média, sempre dentro do mesmo espírito de “adaptação” e de “actualização” da *Epitoma*.

⁴⁰ Vide Richardot (1998:121).

Em estreita articulação com esta ideia, assistimos à recuperação de uma outra proposta (singular, nas fontes antigas) de Vegécio. Referimo-nos à ideia de um juramento cristão a prestar pelo soldado, no momento em que a sua incorporação no exército se tornava definitiva. Esta proposta, que Vegécio apresenta no Livro II, cap. 5, da *Epitoma* (onde se defende que o recruta deve jurar por Deus e pelo imperador), harmonizava-se igualmente bem com o crescimento de um Estado central forte nos finais da Idade Média, desejoso de contrariar a tradicional rebeldia da nobreza dos sécs. XII e XIII e de controlar o melhor possível o crescimento do mercenariado (algo que muito preocupava Vegécio⁴¹). Tal como sintetiza Richardot, “os *sacramenta militiae* de Vegécio permitiam estabelecer uma continuidade ideológica entre a Antiguidade e a Idade Média”⁴², de tal modo que os compiladores tardo-medievais do tratadista latino assumiram a selecção dos guerreiros, o treino intensivo dos recrutas e o juramento (cristão) como os três principais pilares da instituição militar.

Um terceiro vector capaz de justificar a atenção dispensada a Vegécio em todo o Ocidente europeu ao longo da Idade Média prende-se com a circunstância de muitos dos seus *princípios genéricos em matéria de estratégia e de política de defesa permanecerem* actuais muitos séculos mais tarde. Desde logo, o famoso aforismo *si vis pacem para bellum*⁴³, que ainda no séc. XX serviu de justificação para a corrida armamentista a nível mundial. Mas também a tese de que a vitória na guerra não é consequência do acaso, mas sim de um treino diligente dos soldados e de um combate bem planeado e travado com rigor táctico. Ou a ideia de que ninguém ousa provocar uma potência que reconhece ser-lhe superior em potencial bélico. Ou ainda a sugestão aos chefes militares para que só aceitem travar combate em caso de necessidade (que não precisamos de entender apenas como ‘necessidade militar’, mas também ‘política’, ‘moral’ ou outra⁴⁴), ou em situação de clara vantagem posicional ou de efectivos. Em meados do séc. XII, o

⁴¹ Vide Monteiro (2008:33). O Livro I da *Epitoma* remata com a seguinte observação: “Por isso, os recrutas devem ser sempre seleccionados e treinados. Na verdade, sabe-se que é mais barato treinar os seus soldados nas armas do que contratar estrangeiros a soldo” (cap. XXVIII: “Sobre a exortação da arte militar e da coragem romanas”): vide Monteiro e Braga (2009:211).

⁴² Vide Richardot (1998:122).

⁴³ “Se desejas a paz, prepara a guerra”: *Epitoma*, Livro III, Prólogo.

⁴⁴ Vide Rogers (2002:passim) e Monteiro (2009b:passim).

Policraticus de João de Salisbúria evoca todas essas propostas, e de uma forma que constitui uma reprodução quase literal do Prólogo do Livro III da *Epitoma*: “Qui desiderat pacem, praeparet bellum; qui uictoriam cupit, diligenter imbuat militem; qui secundos optat euentus, dimicet arte, non casu. Nemo prouocare, nemo offendere audet quem scit superiorem fore, si pugnet”⁴⁵.

Preceitos simples e acutilantes como estes, associados à memória de uma máquina de guerra vencedora que durante vários séculos dominara o Mundo, ajudaram a enraizar na cultura política e militar europeia da Idade Média aquilo a que Richardot apelida de “o mito da invencibilidade romana”. Ora, a *Epitoma* funcionava como o repositório dos segredos que haviam tornado essa ‘invencibilidade’ possível, oferecendo aos leitores medievais – para além dos detalhes e dos anacronismos pontuais – “um método permanente para obter a vitória”⁴⁶. O próprio Vegécio fornecia, aliás, a chave para a imitação desse modelo, ao atribuir (logo na primeira frase do cap. 1 do Livro I da *Epitoma*, intitulado “Romanos omnes gentes sola armorum exercitatione vicisse”) a causa do sucesso militar romano a três factores principais: “Nulla enim alia re videmus populum Romanum orbem subegisse terrarum nisi armorum exercitio, disciplina castrorum usuque militiae”⁴⁷. Sendo certo que a tradução das expressões nucleares desta passagem (*armorum exercitio, disciplina castrorum e usu militiae*) suscitaram alguns embaraços e divergências entre os tradutores e os compiladores medievais da *Epitoma*⁴⁸, não restam dúvidas de que os escritores da Idade Média apreenderam o essencial da mensagem vegeciana e fizeram bom e largo uso dela: “um exército organizado, permanente e tecnicamente eficaz”⁴⁹. E é isto que nos parece fundamental que se compreenda, quando se discute hoje a influência de Vegécio sobre a cultura militar medieval. Christopher Allmand parece-nos ter posto o dedo na ferida, centrando o debate num plano que nos parece muito mais fecundo: para os leitores medievais

⁴⁵ João de Salisbúria, *Policraticus* (II, 19), citado por Richardot (1998:133, n. 127).

⁴⁶ A expressão é de Philippe Richardot (1998:146).

⁴⁷ “Na verdade, nós vemos que o povo romano submeteu todo o Mundo por meio de nenhuma outra razão a não ser pelo treino das armas, pela disciplina dos acampamentos e pela experiência do exército”: *vide* Monteiro e Braga (2009: 177 e 179).

⁴⁸ *Vide* exemplos (de João de Salisbúria a Flávio Biondo, passando por Jean de Meun, Gil de Roma, Jean Priorat, Jean de Vignay, Antoine de La Sale ou Pierre Choynet) em Richardot (1998:146-148).

⁴⁹ *Vide* Richardot (1998:149).

“a importância de Vegécio residia não tanto naquilo que ele podia ensinar-lhes acerca da administração da legião romana, ou dos detalhes das boas tácticas a seguir (quer em campo, quer nos cercos), mas sobretudo na orientação que ele podia oferecer às monarquias nacionais em ascensão relativamente a uma preparação bem sucedida para a guerra, independentemente do momento, do local ou das circunstâncias em que esta fosse levada a cabo”; no fundo, aqueles escritores e tradutores medievais da *Epitoma* concentraram-se naquilo que foi a primeira mensagem do escoteiro: “Be prepared!”⁵⁰.

Em síntese, Vegécio mostrava (renovando um pouco a linha dos *Strategemata* de Frontino) – de forma didáctica e simples, através de um livro bem organizado em pequeninos capítulos recheados de máximas incisivas e de alguns exemplos históricos (Aníbal, Cipião, Mário, Sertório, etc.) – que o pensamento e a prevenção podiam ganhar guerras. E isso constituía uma lição muito importante para os líderes políticos e militares da Baixa Idade Média. Como observa Allmand, “uma vez que, até certo ponto, as guerras podiam ser planeadas, os governantes tinham a obrigação de olhar para o futuro e de ter as suas forças dissuasoras prontas para serem mobilizadas em caso de necessidade”⁵¹. A análise de algumas das traduções da *Epitoma* confirmam esta observação. Por exemplo, Jean de Vignay (o Hospitalário francês que, c.1320, traduziu Vegécio) escreve: “car en toutes batailles seulent plus donner victoire sens et usage darmes que force ne multitude de gens mal endoctrinés”⁵². Em 1408, o primeiro tradutor inglês da *Epitoma* (não identificado⁵³) comentaria assim o trabalho de Vegécio: “he concludith and scheweth that in alle manere werres on lond or on water noght multitude and vnkunnyng, ne strengthe vntaught is cause of ouercomynge, but craft, usage, and exercise of armes getith victoire & ouercometh enemyes”⁵⁴.

É dentro deste enquadramento que devemos inserir um quarto e último factor genérico explicativo da grande aceitação da *Epitoma rei militaris* na época medieval. Na verdade, *diversas ideias estimulantes para os chefes militares coevos perpassam no Livro I*, que no dizer de Allmand “pode ter configurado uma forte influência teórica na

⁵⁰ Vide Allmand (1998:33).

⁵¹ *Idem, ibidem* (p. 39).

⁵² Citado por Allmand (1998:40).

⁵³ Vide Monteiro e Braga (2009: 114-117): síntese do problema, baseada sobretudo em Lester (1988:26-28).

⁵⁴ Citado por Allmand (1998: 40).

constituição do pensamento subjacente por detrás do desenvolvimento dos exércitos nacionais, os quais estavam já em constituição no séc. XIV, exércitos esses cuja existência era justificada como sendo requerida pela defesa nacional, cuja necessidade, pelo seu lado, seria usada para exigir contribuições fiscais a um nível nacional⁵⁵. Pensamos, por exemplo, na ênfase dada por Vegécio aos peões (de novo proeminentes nos finais da Idade Média) e no papel que ele atribui aos arqueiros (tão decisivos nos exércitos ingleses da Guerra dos Cem Anos, 1337-1453). Ou nas fortes conotações sociais a que aparece associado o papel do soldado: protecção do território e da propriedade, instrumento de um corpo militar (o exército) agora visto como “um instrumento público para defender e promover o bem comum”⁵⁶. Vegécio frisara bem as obrigações sociais do soldado do séc. IV e isso ajudava os líderes políticos e militares da Europa tardo-medieval a exigir que o “knyght” não fosse apenas, nem sobretudo, o reflexo de uma categoria social, a ele estando doravante associado um conjunto de obrigações militares muito precisas (*noblesse oblige...*). Daí também que autores tão respeitados como Cristina de Pisano tenham privilegiado na *Epitoma*, não apenas temas como o do treino intensivo e regular dos soldados, ou o da importância do abastecimento no contexto de uma guerra onde a logística tinha um papel relevantíssimo, mas também o tema da selecção criteriosa dos líderes militares, uma escolha que deveria privilegiar a experiência e a capacidade marcial em detrimento da linhagem ou do sangue⁵⁷.

Por tudo isto, podemos subscrever a tese de Allmand, defendida em estudo mais recente, segundo a qual muitas das generalizações de Vegécio sobre a ciência da guerra podem ser relacionadas com as condições que prevaleciam ainda um milénio mais tarde. A *Epitoma rei militaris* tinha, na verdade, “um interesse que é muito mais do que puramente académico, ou até que maioritariamente académico”⁵⁸.

4. Armas (e seu contexto táctico) – a validade de Vegécio na Idade Média

Passemos agora a uma observação mais particularizada da actualidade das propostas de Vegécio para a cultura militar medieval

⁵⁵ Vide Allmand (1998:41-42).

⁵⁶ *Idem, ibidem* (p. 41).

⁵⁷ *Idem, ibidem* (pp. 44-45).

⁵⁸ Vide Allmand (2001:136).

européia. Começaremos pela questão do armamento, considerado no âmbito do seu enquadramento tático muito próprio.

Em primeiro lugar, convirá recordar que a Idade Média aproveitou algumas das peças-base do equipamento militar romano, caso flagrante das cotas-de-malha ou lorigas, descendentes da célebre *lorica hamata* que os Romanos tinham, por sua vez, retomado dos armeiros gauleses⁵⁹. Também o *onager* (i.e. o ónagro ou “burro selvagem”), uma poderosa máquina de guerra concebida para o arremesso de pedras, deve ter transitado da Antiguidade Tardia para a Alta Idade Média, período durante o qual terá sido rebaptizada com o nome de “mangonel” e suas variantes (“mangana”, “mangonella”, “mangonneau”, “algarrada”, etc.), sendo provavelmente aperfeiçoada com a introdução de um sistema de alavanca que veio completar e otimizar o maquinismo original⁶⁰.

Mas também o manejo de algumas armas registou, no final da Idade Média, uma evolução que as aproximou das práticas marciais romanas. Por exemplo, graças ao reforço das protecções de corpo (em resultado da invenção do arnês ou armadura de placas), a espada começou a ser usada muito mais como arma de estoque do que como arma de talho ou de corte de través⁶¹. Pois bem, a prática da esgrima de ponta ou estoque é muito recomendada por Vegécio (*Epitoma*, Livro I, cap. 12), o que terá ajudado a imprimir uma maior actualidade ao seu tratado, no período terminal da Idade Média.

Todos sabemos igualmente que a guerra medieval era, em grande medida, uma guerra de cerco. Ora, como diversos autores têm notado, muitas das máquinas de defesa e de ataque de castelos e de praças-fortes utilizadas na Idade Média remontam ao período em que Vegécio escreve. Richardot (1998:168-171) recorda que os Ostrogodos de Witiges usaram torres móveis no cerco de Roma, em 536 (contra

⁵⁹ Vide Feugère (2002:74-76).

⁶⁰ Vegécio (*Epitoma*, Liv. II, cap. 25) afirma que cada legião possuía 10 ónagros (ou seja, um por coorte). No século IX, um novo dispositivo, originário da China e difundido na Europa através do mundo árabe, introduziria na cultura militar ocidental um outro tipo de máquinas – os “trabucos” (primeiro, de tracção humana, posteriormente, desde finais do século XII, de contrapeso). Vide Hoffmeyer (1988:74-75); e France (1999:118-119).

⁶¹ Richardot (1998:118) conta que, durante a batalha de Benavente (disputada a 26 de Fevereiro de 1266), Carlos de Anjou (que tinha sido coroado rei da Sicília e a quem se opunha Manfredo, o filho ilegítimo de Frederico II de Hohenstaufen) ordenou aos seus homens: “golpeiem de estoque!”.

Justiniano), lembra ainda como duas balistas defendiam, no séc. VI, o acesso à cidade fortificada de Saint-Nicet (no bispado de Trêves) e, sobretudo, recupera a notável descrição feita por Abbon sobre o cerco de Paris pelos Normandos, em 885-886. Segundo o cronista de Saint-Germain des Prés, o arsenal era impressionante (e bastante próximo do recomendado na *Epitoma*): *musculus* e *plutei* (manteletes) para o ataque viking à cidade; três tartarugas-aríetes montadas em 16 rodas, com capacidade para 60 homens (as quais acabariam por ser neutralizadas por uma falárica dos Parisienses); catapultas (que devem corresponder a *arbalètes à tour* ou *espringales*) lançando *pila* (dardos) a partir de torres de madeira; bestas e fundas, e também arcos, para rechazar os ataques normandos; uso de *mangonneaux* (i.e. de ónagros) pelos Parisienses, que também recorrem a pez, a cera e a óleo a ferver (sendo certo que a *Epitoma*, Liv. IV, cap. 8, recomenda o uso de betume, enxofre, pez e óleo líquido incendiário); em suma, uma boa parte do arsenal de Vegécio ainda era operacional em fins do séc. IX. Richardot cita também a obra *Mappae Clavicula* (redigida a várias mãos, entre os sécs. VIII e XII), a qual contém instruções precisas para a construção de uma tartaruga-aríete e de modelos de flechas incendiárias que não eram estranhos às práticas guerreiras dos Romanos: quando analisa os vários procedimentos possíveis para incendiar uma torre móvel, Vegécio escreve que “se os sitiados não ousarem sair, disparam, com as balistas maiores, *malleoli* ou faláricas incendiárias de modo a que, trespassados os couros e os centões, a chama seja ateadada do lado de dentro. Os *malleoli* são como setas, e onde quer que se fixem incendeiam tudo uma vez que vêm a arder. Já a falárica, à maneira de uma lança, é guarnecida com um ferro bem forte; mas, entre a haste e a ponta, ela é envolvida por enxofre, resina, betume e estopas e ensopada com um óleo a que chamam de ‘incendiário’; esta falárica, arremessada pelo impulso da balista e destruída a protecção da torre móvel, fixa-se a arder na madeira da torre e muitas vezes incendeia-a”⁶².

Uma outra via, bem interessante, para relacionar o armamento medieval com o arsenal proposto por Vegécio passa pela análise das iluminuras inseridas nos manuscritos das traduções vernaculares da *Epitoma*. Segundo informa Richardot, o Ms. francês 1604, da Bibliothèque Nationale, datado do séc. XIII e contendo a tradução de Vegécio feita por Jean de Meun, exhibe uma iluminura de cerco que constitui uma das representações ducentistas mais completas de um

⁶² *Epitoma*, Liv. IV, cap. 18 (vide Monteiro e Braga, 2009: 351).

assédio. Nesta imagem, os atacantes apresentam um arsenal composto por uma torre móvel (guarnecida a ferro), um toleno e cinco galerias cobertas de pele, tudo soluções preconizadas por Vegécio no Livro IV da *Epitoma*, maioritariamente dedicado à poliorcética (*vide* caps. XIV a XXI); com este equipamento, os sitiantes podiam atacar a partir de cima (graças à torre e ao toleno), mas podiam igualmente (graças às galerias em forma de V correspondendo a tartarugas-aríetes móveis) sabotar os muros; também aparece representada uma mina com uma pá (o que recorda a tomada de Château-Gaillard, em 1204). Quanto aos defensores, a iluminura da tradução de Jean de Meun apresenta-os despejando pedregulhos contra as galerias e dispendo de ganchos suspensos para içar os mastros do aríete adversário, de colchões para amortecer os golpes nos muros e de uma grade de guilhotina, soluções que a *Epitoma* também recomenda (Liv. IV, cap. XXIII)⁶³.

Um outro território onde podemos apreciar convergências interessantes entre o uso tático do armamento medieval e o preconizado por Vegécio é o da guerra naval. É sabido que, a partir do séc. VI, os Bizantinos (p. ex., o chamado Anónimo de Bizâncio), herdeiros da marinha romana tardia, retomam muitos dos conselhos táticos inscritos por Vegécio nos derradeiros capítulos do seu tratado (Liv. IV, caps. XXXI-XLVI): emboscadas junto à costa, ordem de batalha em crescente, empurrar o adversário para a margem de modo a cortar-lhe o impulso e a capacidade de manobra, etc⁶⁴. Um dos factores que ditou a superioridade naval bizantina (que em 533 garantiu a destruição da pirataria vândala no Norte de África) foi justamente o emprego do fogo greguês, um composto de nafta, cal viva, enxofre e pez parecido com algo que Vegécio também recomenda⁶⁵. De acordo com Christopher Allmand, compreende-se bem a atenção dos leitores medievais às passagens da *Epitoma* que se reportam à guerra naval, pois as similitudes táctica e armamentistas são claras: a) a galé ainda existia; b) as armas eram do mesmo tipo (trocas de setas por meio de bestas, pedras lançadas da gávea contra as pontes, golpes de pique e de croque lembrando as foices e os arpões mencionados por Vegécio no Liv. IV,

⁶³ *Vide* Richardot (1998:168-171).

⁶⁴ *Idem, ibidem* (p. 177).

⁶⁵ Cf. *Epitoma*, Liv. IV, cap. 44. O fogo greguês tinha a particularidade de arder na água, sendo projectado por sifões (tipo lança-chamas) ou em ânforas (tipo bombas-incendiárias); este dispositivo parece ter salvo Constantinopla de dois *raids* árabes, em 678 e em 718: *vide* Richardot (1998:177-178).

cap. 46); c) os combates eram também semelhantes (arpoar e abordar, por meio de homens cobertos com lorigas e munidos de espadas e de escudos combatendo em galés ameadas); etc⁶⁶.

Em conclusão, o armamento tardo-medieval (e o contexto tático em que ele era utilizado) não diferia tanto do preconizado na *Epitoma rei militaris* quanto por vezes se pensa. Pelo menos em vários dos seus aspectos e componentes mais importantes. Como sintetiza Allmand, a Idade Média deve ter encarado o tratado de Vegécio “como um manual cujos ensinamentos práticos eram mais apropriados em algumas secções do que noutras: a guerra de cerco, por exemplo, não tinha mudado assim tanto até a Idade Média estar bem avançada”, o mesmo podendo dizer-se da guerra naval⁶⁷.

5. Ressonâncias da *Epitoma rei militaris* na instrução e na legislação militares

Vejam agora qual o alcance prático que a *Epitoma rei militaris* pode ter tido no plano do treino e da regulamentação militares.

Começaremos por recordar que existe algum conhecimento da influência do tratado de Vegécio em matéria de instrução e de recrutamento militar, sobretudo para os casos da Inglaterra e da França da Baixa Idade Média. Por exemplo, em 1285, durante o reinado de Eduardo I, uma ordenação régia (possivelmente uma reformulação da célebre *Assise d'Armes* de 1181, de Henrique II) lembrava aos Ingleses o dever de possuírem armas e de se treinarem com elas. Em 1363, uma ordenação de Eduardo III imporia aos súbditos a obrigação de se treinarem com o arco, em vez de jogarem futebol, algo que Allmand interpreta como sendo o resultado directo da influência da *Epitoma rei*

⁶⁶ Vide Allmand (1998:43-44). Vide também Richardot (1998:179), que recorda a existência de pelo menos dois manuscritos da *Epitoma* (o já citado Ms. 1604, de Paris, e um Ms. de Cambridge contendo a tradução pioneira de Vegécio por Maître Richard, em 1271-1272) que apresentam cenas de abordagem em que todos aqueles aspectos são referidos.

⁶⁷ Vide Allmand (1998:34). Este autor diz que as reflexões de Vegécio sobre as torres redondas que tornavam um arfete mais eficaz recordam os architectos medievais da idade do canhão evitando “the full frontal wall” (*idem, ibidem*, p. 42); e, quanto à guerra naval, afirma que quem, em Inglaterra, tinha uma experiência recente da guerra contra a França, Génova ou Castela pode ter aproveitado os conselhos de Vegécio (*idem, ibidem*, p. 44).

*militaris*⁶⁸. Em 1456, na Escócia, surgiria uma ordenação semelhante: o golfe e o futebol foram proibidos em proveito do tiro com arco⁶⁹. Na segunda metade do séc. XV, o beneditino John Lydgate (escritor político e patriótico) elogiava Henrique V pelo hábito de se treinar com armas segundo as recomendações de Vegécio⁷⁰.

A França, pelo seu lado, terá conhecido (tardamente) uma evolução semelhante: em 1351, o rei João II promulgou um regulamento para as gentes de guerra segundo o qual os capitães deveriam jurar perante o rei (ou os respectivos emissários) que não apresentariam falsos recrutas. Segundo Richardot, este tipo de juramento acha-se mais próximo do espírito jurídico do que dos *sacramenta militiae* de Vegécio; no entanto, a ideia vegeciana de que o juramento militar estabelece um contrato moral entre o príncipe e os seus homens de guerra estaria subjacente, traduzindo o édito de 1351 a preocupação com a constituição de um exército seleccionado e devidamente controlado pelos oficiais régios⁷¹.

Em França, o recrutamento feudal do *arrière-ban*, impopular e ineficaz, caiu definitivamente em desuso após 1356, em prol de um exército de mercenários. Todavia, o sistema feudal das milícias urbanas (tropas territoriais combatendo na sua região de origem, em reforço do exército real) nunca desapareceu completamente. Segundo Richardot, a sua utilização estava associada à recordação de Vegécio, tal como alega Cristina de Pisano a propósito da tomada conjunta de Limoges pelas tropas régias e pelas milícias comunais, em 1372: “(...) les communes du pais, lesquelles, comme dit Vegece en son livre de chevalerie, souvent sont proffittables en bataille (...)”⁷². Embora não haja no tratado de Vegécio nenhuma passagem que possa ser citada como abonação para isto, é interessante registar como a grande escritora italo-francesa fez

⁶⁸ Vide Allmand (1989:215). Segundo Richardot (1998:123-124), em Inglaterra não prevaleceu o recrutamento em massa de súbditos-soldados, uma vez que a partir de 1324 a hoste feudal foi substituída por um exército a soldo composto por voluntários, um sistema não-centralizado e que recorda as *joint-ventures* modernas: empresários de guerra, ligados ao rei por um contrato em parte dupla (as *indentures*) conduziam bandos de homens armados. Segundo o mesmo autor, a ordenação régia de 1363 constituía, na melhor das hipóteses, uma reserva treinada onde os capitães-recrutadores angariavam soldados. Vide também Prestwich (1996:57-114).

⁶⁹ Vide Allmand (1989:82) e Richardot (1998:124).

⁷⁰ Vide Richardot (1998:124).

⁷¹ *Idem, ibidem*.

⁷² *Idem, ibidem* (p. 125).

questão de associar a *Epitoma* ao desempenho das milícias. No século seguinte, Robert Blondel sugeriria que se fizesse exercitar e instruir em armas os filhos dos nobres e os outros “gros varletz des villes et des platz pays”⁷³.

O final da Idade Média enraizou, portanto, a ideia (bem vegeciana) de que a força militar devia assentar em súbditos armados e bem instruídos. Com as Tréguas de Tours de 1444, Carlos VII pôde criar as célebres “Companhias de Ordenança”, formando assim o núcleo duro de um exército profissional permanente – o primeiro em toda a Europa. A sua implantação em 1445-1446 foi ocasião para uma seleção rigorosa dos elementos que as iam compor. Ora, a leitura de Vegécio pode ter estado na origem deste método. Esta ordenação seria reforçada em 1448, com a constituição de uma reserva de infantaria segundo o modelo inglês: os franco-arqueiros (um regresso ao *arrière-ban*, mas em novos moldes, com uma preocupação real de organização e de permanência). É interessante recordar o comentário de Richardot a este respeito: “Milícia popular constituída por camponeses, como preconizava Vegécio, os seus membros são designados à razão de um arqueiro por cada 50 ou 80 *fogos*. Os franco-arqueiros, isentos de talha e de aposentadoria das gentes de guerra (lei inspirada pelo Baixo Império romano) prestavam um juramento de fidelidade ao rei e deviam exercitar-se no tiro com arco uma vez por semana. Devemos ver nisto a influência de Vegécio? É muito provável que sim”⁷⁴. Convém todavia frisar que, tal como acautela Richardot, “o combatente individual, com excepção de alguns cavaleiros afortunados e instruídos, não lia Vegécio. Se reformas houve que puderam influenciar o seu modo de recrutamento ou de instrução, era porque as elites dirigentes conheciam Vegécio”⁷⁵.

⁷³ *Idem, ibidem* (pp. 124-125).

⁷⁴ *Idem, ibidem* (pp. 125-126); *vide* também Contamine (1972:542). Como observa Richardot, é sabido que a experiência dos franco-arqueiros (cognominados *francs-taupins*, i.e. sapadores-mineiros) foi um fiasco, por falta de enquadramento suficiente, tendo sido suprimidos por Luís XI (1461-1483). Um documento coevo descreve-os como gentes que “sortent du labourage pour s’affranchir des tailles, en servant quatre ou cinq mois” (Contamine 1972, p. 364). Em sua memória, Rabelais (*Pantagruel*) condenaria Vegécio, ao mesmo tempo que evocava, entre as obras da biblioteca de Saint-Victor, o imaginário *Franctopinus De re militari...* (*vide* Richardot, 1998:126).

⁷⁵ *Vide* Richardot (1998:126).

Entretanto, o caso mais paradigmático da influência da *Epitoma rei militaris* sobre a legislação ou regulamentação militar tardo-medieval é-nos, sem dúvida, oferecido pelas ordenações ducais borgonhesas de Carlos-o-Temerário, promulgadas entre 1468 e 1476. O assunto foi estudado por Christopher Allmand (em 2001), que concluiu que tais ordenações foram inspiradas não só pelos desenvolvimentos militares ocorridos em França uma geração antes (com as reformas de Carlos VII), mas também por algumas fontes clássicas. Entre estas, Allmand descortinou sobretudo as influências de Xenofonte (*Cyropaedia*, um ‘espelho de príncipes’ grego baseado na experiência do rei Ciro da Pérsia, obra que o nosso Vasco de Lucena traduziu e onde a formação militar desempenha um papel relevante) e de Vegécio⁷⁶. Vale a pena resumir aqui os 10 pontos principais que, no entendimento de Allmand, documentam a influência da *Epitoma* sobre a obra regulamentadora do Temerário⁷⁷:

- i) *uma visão geral do exército bastante semelhante: função essencialmente defensiva, de preservação do bem do Estado ou da sociedade* [*Epitoma* I, 7; II, 24; e III, 10 / Ordenação de Abeville, Julho de 1471].
- ii) *a partilha de desconfiança relativamente a um exército de não-cidadãos e a ideia de que nem todos tinham condições para servir* [*Epitoma*, I, *passim*, esp. cap. 7 / Ordenação de 1471: idoneidade para servir e necessidade de o requerer e de se sujeitar à selecção⁷⁸].

⁷⁶ Vide Allmand (2001:137).

⁷⁷ Para o que se segue, *vide* Allmand (2001:138-142).

⁷⁸ “Esta ideia de que os homens deviam requerer o seu alistamento encontra reflexo na Ordenação de 1471, onde se declara que alguém que deseja servir tem de o requerer até uma determinada data limite, e apenas os que forem achados como sendo ‘ydoines & souffisans’ serão seleccionados” (Allmand, 2001:138). Allmand nota que o termo “ydoine” corresponde ao equivalente latino *idoneus* usado por Vegécio (*Epitoma*, I, 7) para descrever as tropas seleccionadas para a guerra; era uma palavra para dar confiança, para transmitir que um exército consistia em homens que tinham sido testados e postos à prova antes de serem seleccionados para servir. Vale a pena citar a última frase inscrita por Vegécio neste capítulo VII do Liv. I: *A magnis ergo viris magnaue diligentia idoneos eligi convenit iuniores*; é sugestivo comparar com Xenofonte (*Cyropaedia*, in BL ms Royal 17 E v, fo. 51): “Ainsy fault eslire gens darmes qui puissent souffrir labour militaire et la charge de la guerre” (Allmand, 2001:138, n. 20)!

- iii) *a insistência na necessidade de treinar bem os homens recrutados* [*Epitoma*, I, *passim* / Ordenação de 1471⁷⁹].
- iv) *uma descrição semelhante dos métodos de treino dos recrutados* [*Epitoma*, I, *passim*; II, 23; e III, 2 / Ordenação de 1473⁸⁰].
- v) *a ênfase no comando e no exercício efectivo da autoridade, através de canais próprios* [*Epitoma*, III: liderança capaz e características de um bom líder; *vide* exemplos no Livro III, caps. 3, 8 e 10 (preocupação do chefe com as necessidades dos soldados), no Livro III, cap. 2 (o general deve visitar os doentes), no Livro III, Prólogo (o general deve combater com prudência), no Livro III, caps. 9 e 26 (o líder deve aconselhar-se previamente) e no Livro III, caps. 9, 12 e 18 (compete ao general animar os soldados com o seu exemplo) / Ordenação borgonhesa de 1468 (directivas ao Marechal da Borgonha); e Ordenação de 1471 (hierarquia rigorosa; dependência última de cada *conductier* relativamente ao duque; renovação anual da autoridade: o comando não está apenas ligado à posição social, mas também à perícia, à experiência e à capacidade].
- vi) *a identificação da perícia e da eficiência, por um lado, e da lealdade e da obediência, por outro, como as principais premissas do sucesso militar; a consequente afirmação da necessidade do juramento* [*Epitoma*, II, final do cap. 5 /

⁷⁹ O pensamento de Vegécio sobre isto encontra expressão prática na Ordenação de Abbeville-1471: o exército ducal (“ordonnance”) deveria ser composto pelos “meilleurs et plus experts en fait de guerre que pourrons trouver & choisir en nosdits pays & seignories”, e os *baillis* eram mandados procurar candidatos dentro das suas jurisdições. Tais recrutados seriam depois distribuídos aos respectivos capitães (os “chiefs pour les conduire”), sob os quais passariam a treinar e a servir (Allmand, 2001:138).

⁸⁰ A Ordenação de 1473 analisava os métodos a utilizar no treino dos recrutados. O respectivo texto “deve muito, creio, aos capítulos centrais do Livro I do *De re militari*”: ordena-se aos capitães que conduzam alguns dos seus homens até ao campo, que os disponham em formações e que os façam praticar o uso organizado das armas, as manobras de retirada metódica e outros exercícios (*Epitoma*, Liv. II, cap. 23, e Liv. III, cap. 2). Também os arqueiros deveriam ser instruídos no uso dos cavalos e a combater ao lado dos *picquenaires*, os quais, dado o sinal, ajoelhariam de maneira a que os arqueiros pudessem disparar por cima das suas cabeças “comme par dessus un mur”. Segundo Allmand (2001:139) “a disciplina de tais manobras, baseadas no treino, devia muito à inspiração de Vegécio”.

Ordenações de 1472 e de 1473: juramento de servir o duque e condenação da deserção].

- vii) *o desenho da estrutura base do exército* [*Epitoma*, II, 4 a 14 / várias Ordenações ducais, onde reaparecem as graduações do comando e a nomenclatura dos líderes de acordo com os números de homens existentes nos grupos que comandavam (p. ex: *decanus*, *centurio*), à boa maneira da legião romana].
- viii) *a apologia da movimentação dos grupos ou unidades de acordo com comandos transmitidos pelo som das trombetas* [*Epitoma*, II, 22; e III, 5; é saboroso registar que, segundo Allmand, a primeira destas passagens suscitou a atenção dos leitores medievais: “um razoável número de manuscritos contém anotações na margem chamando a atenção do leitor (...). Alguns apresentam um desenho agarrado; um manuscrito especialmente interessante pode ser visto em Klosterneuburg, Ms. 1094, fo. 16v., no qual um homem, com tambores em frente dele, sopra prazenteiramente um instrumento comprido e direito (‘tuba’)⁸¹ / diversas Ordenações de Carlos-o-Temerrário (Allmand não cita exemplos para este ponto)].
- ix) *insistência no papel decisivo das insígnias, para conseguir ter cada homem no seu lugar* [*Epitoma*, II, 13 / Ordenação de 1473, que segue de muito perto Vegécio: identificação das unidades no fragor da batalha através do uso de insígnias reconhecíveis “inscritas com letras indicando a coorte da centúria e o número ordinal”!⁸²].
- x) *a recomendação do recurso ao uso de uma senha* (“nom du Guet & cry de la nuit”), a qual convinha que fosse regularmente trocada [*Epitoma*, III, 5: um capítulo a que os leitores medievais prestaram muitas vezes atenção / Ordenação ducal borgonhesa de 1468].

⁸¹ Vide Allmand (2001:141, e n. 39). Segundo Richardot (1998:201), o manuscrito citado (Klosterneuburg Ms. 1094) data do séc. XV, possuindo anotações dos sécs. XV e XVII (1656).

⁸² Segundo Contamine (1972:252), assistiu-se em França, na 2.^a metade do séc. XV, a um declínio da bandeira pessoal do líder e à sua substituição pela bandeira da unidade em causa. Como diz Allmand (2001:141-142), se a França deu o mote, a Borgonha seguiria o exemplo...

Como se vê, os paralelos são múltiplos e bastante sugestivos. Tal como conclui Christopher Allmand, a organização militar da Borgonha é fortemente devedora da prática militar romana, seja através de histórias clássicas (p. ex: as de César ou de Tito Lívio), seja por via de trabalhos mais didáticos (como os de Xenofonte, de Valério Máximo, de Frontino ou, sobretudo, de Vegécio): “A tentativa para criar uma força permanente mostra que o duque Carlos percebeu algumas das mensagens básicas que Vegécio tinha transmitido”⁸³. É certo que subsiste hoje alguma discussão quanto ao sucesso ou insucesso das reformas militares de Carlos da Borgonha. Mas Allmand opina que elas não podem ser consideradas como um fracasso absoluto: elas ajudaram a construir uma ponte entre o passado e o futuro, com a ajuda preciosa da *Epitoma*. A prática militar borgonhesa evoluiu com as sugestões de Vegécio em matéria de selecção, de treino, de disciplina e de obediência militares. E este desenvolvimento contribuiria para influenciar a forma como os exércitos europeus cresceram ao longo do séc. XVI⁸⁴.

6. A importância da *Epitoma rei militaris* na formação dos chefes de guerra:

Um penúltimo aspecto que gostaríamos de considerar tem que ver com a forma como a formação marcial dos generais medievais (sobretudo os da Baixa Idade Média) pode ter beneficiado da ampla divulgação do tratado de Vegécio no Ocidente europeu.

O combatente medieval, salvo raras excepções, não lia a *Epitoma*, pelo que as reformas que possam ser consideradas como bebendo a sua inspiração neste tratado foram decerto dinamizadas pelas elites militares. Acontece, todavia, que – como já há muitos anos registámos para o caso português⁸⁵ – o serviço feudal tradicional prestava-se muito pouco à instrução dos chefes militares, durante muitos tempo escolhidos em resultado do seu nascimento, mais do que das suas competências bélicas. Assim sendo, a instrução marcial, na vertente prática, reduzia-se à participação da nobreza em jogos e actividades de carácter paramilitar (como p. ex. a caça, os torneios ou as justas⁸⁶) e, sobretudo, à experiência concreta da guerra. Esta instrução prática corria

⁸³ Vide Allmand (2001:142).

⁸⁴ *Idem, ibidem* (p. 143).

⁸⁵ Vide Monteiro (1997:passim).

⁸⁶ Vide Monteiro (1998:411-449).

em paralelo com uma vertente teórica que passava sobretudo – nos meios cortesãos – pelo conhecimento dos segredos da arte militar, tal qual eles eram revelados por uma série de obras literárias bastante didáticas cuja circulação se fez um pouco por todo o Ocidente europeu, em especial ao longo dos sécs. XIII, XIV e XV. Pensamos, designadamente, na chamada “matéria da Antiguidade” (p. ex. as histórias das grandes conquistas de Alexandre Magno, da epopeia de Tróia, das Guerras Púnicas, ou a célebre versão medieval da história de Júlio César: *Li Fet des Romains*⁸⁷). É justamente nesta categoria que podemos inscrever não só os *Ditos e Feitos Memoráveis* de Valério Máximo (uma obra dedicada ao imperador Tibério e que configura uma ampla recolha de histórias de cercos e de batalhas, ou seja, uma espécie de enciclopédia da história militar antiga) como também, e sobretudo, a *Epitoma rei militaris*. O próprio Vegécio, invocando os exemplos de Catão-o-Antigo e de Frontino, lembra que aquilo que fica escrito é eterno⁸⁸ e enfatiza a importância de se dispor de uma arte militar reduzida a escrito, algo em que os Espartanos foram pioneiros e cujo exemplo os Romanos decidiram retomar⁸⁹. Vegécio considera a arte da guerra superior a todas as outras⁹⁰ e, por isso mesmo, acha fundamental reter os ensinamentos dos antepassados⁹¹; no fundo, para o autor da *Epitoma*, só os livros permitem recuperar os segredos da arte militar: “Recearemos nós não conseguir aprender aquilo que os outros aprenderam connosco? Antigamente, tudo isso era preservado, quer no uso comum quer por meio de livros, mas, tendo sido esquecido durante muito tempo, ninguém se interessou por isso, porque vigorando os deveres próprios do tempo de paz, as necessidades da guerra ficavam relegadas para segundo plano. Mas, para que não pareça impossível restaurar a disciplina cuja prática desapareceu, aprendamo-la através de exemplos”⁹².

Deste modo, o tratado de Vegécio apresenta-se como uma verdadeira síntese, feita a partir dos autores que reduziram a escrito a ciência da arte militar; ou seja, trata-se de transmitir o testemunho da experiência usando os escritores mais notáveis (Catão, Celso, Frontino, etc.) com vista à produção de um autêntico “manual de combate”⁹³.

⁸⁷ Vide Monteiro (1998:191-206).

⁸⁸ *Epitoma*, Liv. II, cap. 3.

⁸⁹ *Idem, ibidem* (Liv. III, Prólogo).

⁹⁰ *Idem, ibidem* (Liv. III, cap. X).

⁹¹ *Idem, ibidem* (Liv. II, Prólogo).

⁹² *Idem, ibidem* (Liv. III, cap. 10). Vide Monteiro e Braga (2009: 291 e 293).

⁹³ *Idem, ibidem* (Liv. I, cap. 8; e Liv. III, cap. 26, Epílogo).

Esta ideia (vegeciana) da importância da leitura e da transmissão do saber militar através dos livros seria retomada por muitos autores medievais desde, pelo menos, Ademar de Chabannes (inícios do séc. XI) até Cristina de Pisano (inícios de Quatrocentos), passando por Guilherme de Poitiers (inícios do séc. XII), por João de Salisbúria (meados do séc. XII) e por Jean Gerson (1363-1429)⁹⁴. Philippe Richardot observa que, no *Policraticus* (1159), João de Salisbúria sugere a organização de discussões sobre situações militares fictícias (no género de um *Kriegspiel*)⁹⁵, enquanto Christopher Allmand, no seu valioso estudo sobre a Guerra dos Cem Anos, recorda o exemplo de Carlos-o-Temerário durante o cerco de Neuss, em 1474: o lendário duque borgonhês far-se-ia ler Valério Máximo, Tito Lívio e as histórias de Alexandre Magno, por um lado para se distrair, por outro para se instruir militarmente⁹⁶.

Tal como notou Richardot, a análise das traduções e das cópias dos manuscritos de Vegécio, onde se detecta a interpolação de elementos retirados da Antiguidade ou da história militar da Idade Média (na tradução de Jean de Meun, p. ex., há referências a episódios militares da Bíblia, a Júlio César, a Corradino, às Cruzadas ou à batalha de Muret), reforça a ideia do valor didáctico da obra de Vegécio, que assim poderia servir de base para a produção de uma espécie de história militar comparada, semelhante à produzida pelos Gregos, pelos Romanos ou até pelas modernas Escolas de Guerra⁹⁷.

Um dos aspectos que os chefes militares medievais podiam reter da consulta de Vegécio era que as qualidades do bom general estavam longe de se reduzir à força física. Isso ajudava, mas era preciso que fosse acompanhada por uma boa quantidade de astúcia, por um treino regular, por itinerários bem escolhidos, pelo cuidado na instalação de

⁹⁴ Vide Richardot (1998:126-128).

⁹⁵ *Idem, ibidem* (p. 128).

⁹⁶ Vide Allmand (1989: 220).

⁹⁷ Vide Richardot (1998:128-129). O autor explica que Jean de Meun condena Corradino (neto de Frederico II de Hohenstaufen, filho de Conrado IV e de Isabel da Baviera) pela sua imprudência na batalha de Tagliacozzo (1268). Ao considerar a questão da superioridade de uma pequena hoste bem treinada sobre um grande exército sem coesão, Meun estabelece um paralelo entre Judas Macabeu, Godofredo de Bulhão (o primeiro rei cristão de Jerusalém: 1099-1100) e a batalha de Muret (onde Simão de Montfort, o barão da Île-de-France ao serviço de Filipe Augusto, venceu o rei de Aragão, Pedro-o-Católico, em 1213).

bons acampamentos, pela capacidade de manter os planos em segredo e de prever todas as possibilidades, e até pela disponibilidade para encorajar os homens (de preferência através do exemplo) sobretudo nos momentos mais delicados⁹⁸. Como diria Cristina de Pisano, os Romanos conquistaram senhorios e terras mais “par leurs sens que par force”⁹⁹.

Deste modo, pode bem admitir-se que Vegécio tenha contribuído para a formação geral e para o profissionalismo de muitos generais medievais. Como sugere Allmand, “a importância do *De Re Militari* resultava menos dos conselhos práticos que o leitor podia aí descobrir do que da mensagem filosófica geral sobre a conduta das hostilidades que a obra transmitia”¹⁰⁰. É que, tal como Frontino, Vegécio atribuía a maior importância ao comando, às qualidades morais e à experiência militar. Certas virtudes podiam ser possuídas em resultado do nascimento, mas só a prática e a experiência as podiam desenvolver, conduzindo ao sucesso. “Os escritos de Vegécio continham, em filigrana, uma mensagem fundamental: sugeriam que os chefes não se escolhiam a eles próprios, deviam antes ser escolhidos”. Como já vimos, no contexto social da Baixa Idade Média isto colocava em questão a posição daqueles que tinham tradicionalmente dirigido os exércitos. Mérito e experiência deviam andar a par com o nascimento ou a categoria social. Várias obras, p. ex. as biografias do Príncipe Negro, de Du Guesclin ou até de Henrique V, sublinhavam tal ideia acentuando que “essas figuras cavaleirescas tinham sido vitoriosas porque as suas aptidões intrínsecas para o comando tinham sido reforçadas pelo treino e pela experiência”¹⁰¹.

De acordo com o que se sabe hoje acerca da divulgação da *Epitoma* no Ocidente europeu, parece claro que a influência de Vegécio se fez sentir sobremaneira na França e na Inglaterra durante as centúrias de Duzentos, de Trezentos e de Quatrocentos. Segundo Richardot, ele era lido pelos seus ensinamentos, mais do que pelo seu valor histórico, e a sua divulgação tirou partido do facto de a guerra ser, na cultura

⁹⁸ Vide Richardot (1998:129).

⁹⁹ Citada por *Idem, ibidem*. Segundo Richardot, também João de Legnano (canonista e vigário pontifical em Bolonha, autor, c.1360, do *De Bello, de Represaliis et de Duello*, a mais célebre obra jurídico-cavaleiresca medieval) e Honoré Bouvet (o beneditino que, c.1386-1390, escreveu em língua vulgar um importante tratado de direito bélico: *L'Arbre des Batailles*) seguiram de perto os preceitos da *Epitoma* em matéria de enunciação das qualidades que deveriam estar associadas ao bom chefe militar.

¹⁰⁰ Vide Allmand (1989:102).

¹⁰¹ *Idem, ibidem* (pp. 102-103).

medieval, a terceira matéria de estudo mais importante (a seguir à religião e à retórica)¹⁰². A leitura de Vegécio (autor cristão) enriquecia mais os leitores medievais interessados em obter formação teórica para as campanhas militares do que a consulta dos historiadores clássicos (como Tito Lívio) ou das biografias dos grandes generais do passado (como Alexandre ou César): é que a *Epitoma* condensava toda a ciência militar romana, de uma forma plurifacetada e sistemática, tendo sido escrita numa época que anunciava já a Alta Idade Média ocidental, portadora de importantes mutações¹⁰³.

Descendo um pouco mais ao concreto, vimos já como John Lydgate (autor, em 1412, de um *Troy Book*, e também, em 1426, de uma tradução do *The Pilgrimage of the Life of Man*, de Guillaume de Deguileville) louvava o rei Henrique V de Inglaterra por ter o hábito de “hawnte his body in pleies marcyal ... after the doctrine of Vygecius”. Do mesmo modo, Thomas Hoccleve (autor de um *Regement of Princes*, em 1412) encorajou Sir John Oldcastle a “rede the storie of Lancelot de lake, / Or Vegece of the aart of Chiuallrye, / The seege of Troie, or Thebes thee applie / To thyng that may to thordre of knyght longe”¹⁰⁴. Teve razão Allmand quando afirmou que a *Epitoma* foi muito popular porque “foi uma obra simultaneamente informativa e didáctica, uma obra com a qual uma pessoa podia aprender lições úteis para a sua época”¹⁰⁵. No fundo, o tratado de Vegécio procurava “explicar racionalmente como é que as guerras eram perdidas e ganhas”, enraizava nos leitores medievais a convicção de que o militar, para além de cuidar adequadamente da sua boa forma física, deveria ser um “thinking soldier or commander”¹⁰⁶. Velho detentor de *sapientia* e de *fortitudo*, o cavaleiro medieval inscrevia, desde finais do séc. XI, no seu programa formativo, o valor da *prudentia*. Desde então, “a abordagem intelectual da guerra é algo em crescendo e que nos ajuda a explicar a popularidade do texto de Vegécio a partir do séc. XII”¹⁰⁷.

Julgamos ser interessante acentuar esta evolução, pois muitas vezes pensa-se que os ensinamentos da *Epitoma* se reduzem à insistência na importância do treino físico regular dos recrutas e no seu adestramento

¹⁰² Vide Richardot (1998:185).

¹⁰³ *Idem, ibidem*.

¹⁰⁴ Vide Lester (1988:16).

¹⁰⁵ Vide Allmand (1998:32).

¹⁰⁶ *Idem, ibidem* (p. 39).

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*.

para o manejo das armas. Isso é, de facto, essencial, ocupando uma boa parte do Livro I do tratado, mas Vegécio está longe de se reduzir a considerações formativas de natureza física. E isso pode ter sido enriquecedor para a cavalaria medieval. Como observou Sir Peter Russell – ao estudar a tradução castelhana de Vegécio dedicada pelo dominicano Frei Alonso de San Cristóbal a Henrique III (1390-1406) – capítulos como as “Regras Gerais da Guerra” (*Epitoma*, Liv. III, cap. 26), continham material capaz de surpreender os cavaleiros castelhanos, “bem conhecidos no séc. XIV pela sua convicção de que não era a disciplina, mas sim o brio, que constituía a virtude militar suprema”¹⁰⁸.

Claro que – e com isto aproximamo-nos da temática do derradeiro capítulo deste estudo – deve perguntar-se se os generais medievais encaravam a *Epitoma* como um guia tático de natureza prática, ou mais como uma “reliquia” do passado, cuja memória se não devia perder. Pessoalmente, não rejeitamos em absoluto a primeira possibilidade, mesmo para os períodos mais recuados da Idade Média. Tal como demonstrou Bernard Bachrach, quando Rábano Mauro produz (c.855-856) o seu *De procinctu Romanae Militiae* (um resumo da *Epitoma*), fá-lo a pedido do rei Lotário II e com a incumbência expressa de preservar apenas as partes úteis nos tempos modernos! Ora, isto sugere um interesse prático, e não arqueológico, pela obra de Vegécio. Aliás, como esclarece Bachrach, Rábano Mauro (abade de Fulda e mais tarde arcebispo de Mayence) era um *scholar*, mas não um teórico: tratava-se de um homem ocupado e com grande sentido prático¹⁰⁹. Poucos anos antes, um outro clérigo, Fréculfe (bispo de Lisieux) apresentara a Carlos-o-Calvo (neto de Carlos Magno) uma cópia do tratado de Vegécio especialmente revista. Neste caso, a obra não fora composta por solicitação de nenhuma autoridade secular, mas é interessante notar que, no respectivo Prefácio, se diz esperar que ela possa ter algum valor no desenvolvimento das táticas e das estratégias militares a adoptar na guerra contra os Normandos. Segundo admite Bachrach, o trabalho de Fréculfe de Lisieux deve ter sido valorizado pelos responsáveis militares, tendo provavelmente passado para as mãos do rei Odo, dos Francos Ocidentais (m. 898)¹¹⁰.

É certo que, como também reconhece Bachrach, não está provado que os trabalhos de Fréculfe e de Rábano Mauro tenham sido usados como “guias” táticos ou estratégicos. No entanto, o debate sobre a

¹⁰⁸ Vide Russell (1997:62).

¹⁰⁹ Vide Bachrach (1985/2002:241-242).

¹¹⁰ *Idem, ibidem* (p. 242).

importância da *Epitoma* na era carolíngia tem permitido identificar diversos manuscritos do tratado, assumindo-se hoje que seriam copiados com finalidades militares práticas e que eram usados como tal. Por exemplo, Pierre Riché (1979:302) defende (na linha de Friedrich Prinz, 1971) que “os homens de guerra encontram no *De arte militari* [sic] de Vegécio conselhos para melhorar a sua tática”, enquanto A. Murray (1978:129) escreve que “a leve mas significativa presença de Vegécio em testamentos e em bibliotecas sugere que, o que quer que tenha sido que provocou o colapso do Império Carolíngio, não foi a falta de estudo da ciência das táticas pelos seus especialistas militares”¹¹¹.

Creemos ser o momento de, reunidos todos os dados pertinentes, considerar finalmente a questão da utilidade real da *Epitoma* em cenários concretos de guerra, ao longo da Idade Média.

7. Chefes de guerra da Idade Média usando a *Epitoma* em acções militares

Diga-se desde já que é praticamente impossível comprovar a utilização expressa da *Epitoma rei militaris* por um general medieval no decurso de uma determinada campanha. O mais que se consegue é estabelecer analogias mais ou menos expressivas, apontar coincidências sugestivas e interpretá-las com isenção e bom senso. Richardot (1998:153-156), que estudou com vagar este assunto, seguiu diversas pistas e apontou cinco possíveis exemplos genéricos de aplicação prática da doutrina de Vegécio:

- i) *a actividade militar do general galo-romano Mummolus* (m. 586, ao serviço dos Francos), segundo dela nos dá conta Gregório de Tours: preocupações com a intendência; recurso a ardis e movimentos de surpresa; preferência pelo evitar da batalha; utilização regular de fortificações; etc.
- ii) *a travessia dos cursos de água com recurso a pontes de barcas e tonéis* por parte de chefes militares como Du Guesclin (1367) ou Philippe de Clèves (finais do séc. XV).
- iii) *o considerar-se o evitar da batalha como o cume da estratégia*, tal como parece ter sucedido com Foulque Nerra, conde de Anjou (987-1040), segundo veremos com algum detalhe mais adiante, a partir de um estudo de Bernard Bachrach.

¹¹¹ Pierre Riché e Alexander Murray citados por Bachrach (1985/2002:242, n. 12).

- iv) *a preferência pela opção por derrotar o adversário pela fome, mais do que pelo ferro*, o que enfatiza o papel das incursões territoriais depredatórias ou “cavalgadas” no contexto da guerra medieval (tal como parecem documentar as carreiras de líderes ingleses como Eduardo III, o Príncipe Negro, Henrique V ou Sir John Fastolf)¹¹².
- v) *o gosto pela “aproximação indirecta defensiva”*: contra um agressor com recursos limitados e com pressa, muitos generais optavam por uma estratégia dilatatória do género da recomendada por Vegécio (*Epitoma*, Liv. III, cap. 9): veja-se o caso de Filipe VI de França *versus* Eduardo III de Inglaterra, após o combate naval de *L'Écluse* (em 1340).

Para além destes cinco casos genéricos, Richardot (1998:157-164) considera que é possível estabelecer outras relações sugestivas entre algumas passagens concretas do tratado de Vegécio e os usos e costumes da guerra medieval ao nível específico da batalha campal. E avança 13 abonações:

- i) *o hábito de acautelar a posição do sol e a orientação do vento antes de iniciar o combate* (*Epitoma*, Liv. III, cap. 11): assim o recomendam a obra *Cérémonies des gages de bataille* (inícios do séc. XIV) e Jean Jouvenel des Ursins (em meados do séc. XV). Assim parecem ter procedido o duque de Brabante (Henrique I) na batalha de Steppes (em 1213, onde foi derrotado pelo bispo de Liège) e Filipe Augusto em Bouvines (em 1214, contra o imperador Otão IV de Brunswick). De acordo com o poema *The Rose of England*, o mesmo terá sucedido na batalha de Bosworth (em 1483, onde a vanguarda do vencedor, Henrique Tudor, se dispôs de maneira a que a ala

¹¹² Allmand (1989:86) viu nesta estratégia agressiva do mais fraco contra o mais forte uma aplicação directa da *Epitoma*. Devemos, entretanto, fazer notar que os estudos de Clifford Rogers (*vide*, p. ex., 2000; e 2002:8) sobre as cavalgadas de Eduardo III e do Príncipe Negro em França vieram oferecer uma nova visão das incursões territoriais inglesas durante a Guerra dos Cem Anos, contestando a ideia de que aqueles chefes militares evitavam a todo o custo travar uma batalha campal com o inimigo. Na mesma linha se deve citar o estudo de Andrew Ayton sobre a batalha de Crécy (1346), que permitiu perceber que Eduardo III pode afinal ter seguido um plano deliberado buscando o combate com o inimigo num terreno vantajoso para os Ingleses (*vide* Ayton, 2005:37).

- direita de Ricardo III, o último rei Plantageneta, fosse obrigada a enfrentar o sol e o vento no rosto);
- ii) *a preferência pela ocupação de pontos altos* (*Epitoma*, Liv. III, cap. 13), tal como fizeram o rei Harold em Hastings (1066) e o duque de Brabante em Steppes.
 - iii) *uma certa tendência para o regresso à “triplex acies” republicana romana*, aspecto que se detecta na grande frequência das ordens de batalha medievais organizadas em três linhas, ainda que com grandes variações: *vide* Guilherme da Normandia em Hastings, Simão de Monfort em Muret (1213) e o exército francês em Agincourt (1415).
 - iv) *o recurso aos dispositivos em “quadrado longo”, em “cunha”, em “círculo” ou em “tesoura”* (*Epitoma*, Liv. III, caps. 17, 18 e 20): vejam-se as recomendações do rei castelhano-leonês de meados do séc. XIII, Afonso X, nas suas *Siete Partidas* (*muela/círculo* e *cuño*); ou as formulações da *Cérémonies des gages de bataille* (ferradura, pera aguda/cunha); ou os exemplos concretos do sucedido nas batalhas de Steppes e de Bouvines, onde houve lugar a um ataque central em cunha por parte dos peões flamengos, tendo em Bouvines ocorrido, além disso, um contra-ataque francês nos flancos, em tesoura, com os Flamengos a responder com um círculo defensivo (nesta batalha, é sabido que Renaud de Boulogne formou a sua infantaria em círculo, para conter o assalto francês e cobrir a fuga dos seus aliados ingleses). Mas há muitos outros casos de formação militar em círculo (p. ex., Jaffa-1192, Evesham-1265, Mons-en-Pevèle-1304, Rosebeecke-1382, etc.).
 - v) *a admissão (pelo menos teórica) do princípio da “acies inuicta” de Vegécio* (*Epitoma*, Liv. III, cap. 14): é possível ver uma extrapolação deste princípio na Ordenação de Lausanne (1476)¹¹³.

¹¹³ Vegécio intercalava três filas de infantaria ligeira (uma das quais equipada com carrobalistas) entre três filas de infantaria pesada (duas à cabeça e uma na cauda). Segundo Vegécio, a combinação do tiro com a defensiva a pé firme deveria aniquilar o inimigo. Pelo seu lado, Carlos-o-Temerário previa oito linhas de batalha, mais uma de reserva onde se achava a artilharia (*vide* Contamine, 1986:385-386). A cavalaria era colocada nas alas, sendo o centro composto por colubrainers, por besteiros e por piqueiros, flanqueados por arqueiros. O conjunto era fraccionado em 58 secções de combate, mas nunca deve ter sido aplicado (Richardot, 1998:161).

- vi) *a atribuição à infantaria ligeira medieval (como uma das suas duas principais missões), da tarefa de iniciar o combate*, tal como é sabido ocorrer nas guerras da Antiguidade e é preceituado por Vegécio (p. ex., *Epitoma*, Liv. II, cap. 17). Tome-se como exemplo a actuação da primeira linha de Guilherme em Hastings, ou e a troca de tiros a abrir a batalha de Crécy.
- vii) *o papel defensivo atribuído à infantaria pesada*: Vegécio (*Epitoma*, Liv. I, cap. 20) alude aos *triarii* postados de joelho no chão, atrás dos escudos; e, mais adiante (Liv. II, cap. 16), coloca esses veteranos após todas as outras linhas, munidos de escudos e equipados com catafractas, capacetes, grevas, gládios, *semispathiae* e dardos (alguns deles chumbados). Segundo Richardot, isto recorda as actuações de Ricardo Coração-de-Leão em Jaffa e de Thierry de Walcourt em Steppes (no que diz respeito ao uso de peões munidos de piques).
- viii) *a utilização da infantaria como falange* (i.e., o recurso ao princípio da massa, compensando lacunas de armamento e de instrução). Na *Epitoma* (Liv. II, cap. 17), Vegécio apresenta a infantaria pesada como se fosse “um muro”, no momento em que se inicia a batalha. É sabido que, em Hastings, também Harold usou as milícias do *fyrð* para conter a cavalaria normanda. Do mesmo modo, as milícias comunais dos sécs. XIII e XIV (p. ex., nos Países Baixos e na Suíça) eram usadas como ponto de retirada para a cavalaria e para manter cavaleiros adversários à distância, por meio de piques e alabardas.
- ix) *o entendimento da infantaria como a “rainha das batalhas”* (*Epitoma*, *passim*), situação que volta a ser bastante perceptível nos finais da Idade Média, em diversas regiões do Ocidente europeu – vejam-se os casos de Courtrai (Países Baixos, 1302), Bannockburn (Escócia, 1314), Sempach (Suíça, 1386), Crécy (França, 1346) ou Agincourt (França, 1415).
- x) *a prática do grito de batalha (só na altura do contacto), reforçando uma carga coesa e conjunta* (*Epitoma*, Liv. III, cap. 18). Nos meados do séc. IX, o humanista irlandês Sedúlio Escoto defende o recurso ao grito de batalha, enquanto Rábano Mauro sublinha a importância da carga lançada de um só impulso. Também o imperador germânico Henrique I (séc. X) era adepto das virtudes de uma carga coesa, tendo por hábito, no momento da arrancada, prevenir os seus homens de

que “os cavaleiros mais bem montados não devem procurar ultrapassar os outros”¹¹⁴. Em Muret, contra Pedro de Aragão, também Simão de Montfort se terá esforçado por aplicar todas as suas forças ao mesmo tempo.

- xi) *a decorrente preocupação com a manutenção da ordem, o cerrar de fileiras e a formação de esquadrões* (*Epitoma*, Liv. III, cap. 14: indicação genérica sobre ordem de batalha e disposição das linhas). Este aspecto é acentuado na obra *Cérémonies des gages de bataille* e estava manifestamente presente nos torneios dos sécs. XI, XII e XIII: o “conrois”, as “échelles”, a “bataille”, etc., lembrando de algum modo a *acies* antiga. Neste ponto, Richardot lembra que, em Hastings e em Tagliacozzo (1268), Guilherme e Carlos de Anjou, respectivamente, executaram uma carga seguida de uma volta para ludibriar o adversário e obrigá-lo a abandonar a sua posição defensiva.
- xii) *a utilização do acampamento como ponto de refúgio para os fugitivos* (*Epitoma*, Liv. III, cap. 10: o *carrago* dos bárbaros, com as carroças dispostas em círculo): em Muret, os “Toulousains” refugiam-se atrás de carroças dispostas desta maneira.
- xiii) *o hábito de proceder ao agrupamento de vencedores e de vencidos em torno de bandeiras e de trombetas* (*Epitoma*, Liv. III, cap. 5): as coortes romanas possuíam o símbolo do dragão, e as legiões o estandarte da águia. Ora, a cavalaria carolíngia usava o dragão, e Ricardo Coração-de-Leão também; Otão IV, em Bouvines, instalou mesmo o dragão e a águia numa carroça. Pode discutir-se se isto será uma reminiscência de Vegécio, mas pelo menos a alusão ao Império Romano é evidente...

Para além destes indicadores de uma possível consulta e utilização prática, em batalha campal, da *Epitoma*, Richardot chama a atenção para a aplicação, na Idade Média, dos preceitos de Vegécio (Liv. I, caps. 21 a 25; e Liv. III, cap. 8) em matéria de *construção e fortificação de acampamentos*, nomeadamente no contexto de operações de cerco. Neste sentido, Richardot (1998:166-167) recorda a utilização, por Carlos-o-Calvo, na guerra travada no séc. IX contra os Vikings, de fortificações com fossos e terraplenos da altura dos recomendados por Vegécio (*vide*,

¹¹⁴ Liutprand de Cremona, citado por Richardot (1998:162).

p. ex., o forte de Igoville), assim como de paliçadas erguidas ao longo do rio Sena; a construção, por Guilherme-o-Conquistador, no séc. XI, de entrincheiramentos defensivos reforçando os cercos que instalava (p. ex., em Brionne, 1047; em Domfront, 1049; e em Pevensey e em Hastings, no crucial ano de 1066, um pouco à maneira de Júlio César); a *lignea castra* mandada erguer por Godofredo de Bulhão durante o cerco de Jerusalém, em 1099, na Primeira Cruzada (de acordo com o relato de Raymond d’Aguilers, testemunha presencial); a escavação de um fosso externo que terá permitido aos cruzados que assediavam S. João de Acre aguentar as suas posições perante a chegada do exército de libertação chefiado por Saladino (1189-1191); e ainda numerosos exemplos dos sécs. XIII, XIV e XV (alguns deles envolvendo já artilharia: p. ex., Carlos-o-Temerário em Morat, na Suíça, no ano de 1476), os quais documentam como instalar um acampamento fortificado para o assalto a uma praça se tinha já tornado num hábito. Mostrando como a difusão das armas de fogo generalizou estas práticas nos finais da Idade Média, as iluminuras coevas exibem paliçadas, cestões para defesa contra balas (*gabions*) e diversos outros motivos análogos.

Os generais medievais sabiam, pois, que um bom acampamento era importante para estabelecer um bloqueio sólido, sendo curioso registar que Guilherme de Poitiers, ao relatar o cerco de Arques por Guilherme da Normandia (em 1053), explica que o duque desejava vencer sem derramamento de sangue, poupando o ferro e derrotando o adversário pela fome, o que recorda um dos principais preceitos da *Epitoma* (Liv. III, caps. 3, 9 e 26). Este tipo de ‘estratégia de bloqueio’ permitia aliás, a capitulação de cidades importantes: segundo Richardot, um dos mais longos cercos medievais (Acre, Junho de 1189 a Julho de 1191) terminou com o sucesso dos cruzados sitiadores (Filipe Augusto e Ricardo Coração-de-Leão) graças, justamente, à eficiência do bloqueio instalado à praça de obediência muçulmana.

Dentro deste enquadramento, compreendemos melhor uma sugestiva observação do franciscano Guibert de Tournai, que, em meados do séc. XIII, pergunta: “Quem é que não tem um exemplar de Vegécio, se se dispõe a defender ou a cercar um acampamento ou uma cidade?”¹¹⁵...

Mas será possível ir mais além, ou seja, acrescentar a este naipe de informação exemplos de uso prático *directo* da *Epitoma*? Conforme

¹¹⁵ *Quis enim Vegetium Renatum non habeat, si castra uel ciuitates tueri uel obsidere disponat?* (Guibert de Tournai, citado por Richardot, 1998:175, n. 125).

adiantámos no início deste capítulo, isso é praticamente impossível, pelo menos de uma forma irrefutável. Ainda assim, os historiadores costumam apontar algumas hipóteses. A mais recorrentemente invocada passa-se em 1150 (ou em 1147, ou em 1151, segundo os autores), quando o conde de Anjou, Godofredo Plantageneta, pôs cerco à fortaleza de Montreuil-Bellay, no vale do Loire. No decurso deste assédio, as brechas abertas na muralha, durante o dia, pelas seis *perrières* dos Angevinos, estavam a ser colmatadas durante a noite pelos sitiados, por meio de paliçadas. E as duas torres móveis de cerco não estavam a conseguir desmoralizar os de dentro. Assim, os atacantes viviam um impasse. Segundo narra Jean de Marmoutier, o conde de Anjou, “homem instruído”, decidiu consultar o tratado de Vegécio: *Consulit super hoc litteratus consul (comes) legendo Vegecium Renatum, qui de Re dixit Militari*¹¹⁶! Estava o conde nesta leitura quando foi interrompido por uma delegação de monges de Marmoutier. Durante a entrevista, o religioso que chefiava a delegação (Walter de Compiègne, homem “perspicaz nos escritos”) agarrou no livro e indicou ao conde a maneira de destruir a torre fabricada em vigas de carvalho, que era a chave da defesa da praça. O método consistia em fabricar *óleo incendiário*, com enxofre, pez e betume, tal como dizia Vegécio (*Epitoma*, Liv. IV, cap. 8: betume, enxofre, pez e óleo líquido). O óleo foi preparado num caldeirão bem fechado por meio de correntes e projectado através de um *mangonneau* (i.e., de um ónagro). A torre entrou em chamas e o castelo foi capturado¹¹⁷.

Como interpretar este episódio? Segundo Richardot, é certo que Vegécio não diz nada acerca da maneira de projectar uma bomba incendiária; no entanto, a partir dos seus preceitos, podiam extrapolar-se soluções práticas¹¹⁸. Pelo seu lado, Bachrach reconhece que Vegécio não aborda explicitamente o assunto e recorda que os próprios editores da *Historia Gaufredi* (Louis Halphen e René Poupardin: 1913) rejeitam a veracidade do episódio; porém, Bachrach não deixa de evocar a interpretação de Contamine (1986:355, n. 3), que admite que o conde de Anjou se tenha informado junto dos monges de Marmoutier sobre como fabricar uma bomba incendiária e que esta tenha realmente sido produzida com a ajuda de um manuscrito da *Epitoma* e, depois, utilizada no cerco: como a obra de Vegécio não ensinava a fabricar tal bomba,

¹¹⁶ Vide Richardot (1998:174, n. 123).

¹¹⁷ Cf. *Historia Gaufredi Ducis Normannorum et Comitibus Andegavorum*; e Richardot (1998:174).

¹¹⁸ Vide Richardot (1998:174).

Contamine aventa a possibilidade de se ter consultado um “Végèce augmenté, mis à jour”¹¹⁹.

Um outro exemplo habitualmente citado diz respeito ao cerco de Neuss por Carlos-o-Temerário (1474-1475): um cavaleiro castelhano, “lequel on extimoit estre de très subtile et clere invention” terá sugerido ao duque da Borgonha, inspirando-se em “Vegece et aultres venerables acteurs très recommandez et auctorisiez en art militant”, o fabrico de uma torre móvel (“une grue”) munida de uma escada de 18 metros de altura, a qual “s’avaloit comme ung pont levis”, precisamente na linha do preconizado na *Epitoma* (Liv. IV, cap. 17); face às condições ingratas do terreno, a torre acabaria por se atolar na lama, mas ficou a intenção¹²⁰... Philippe Contamine recorda ainda o caso do bispo de Auxerre (Hugues de Noyers, 1183-1206), que gostava de reunir uma multidão de cavaleiros e de discutir com eles as questões militares relendo frequentemente Vegécio e expondo aos cavaleiros presentes os preceitos da *Epitoma*¹²¹.

Se quiséssemos, a talho de foice, introduzir um exemplo português nesta amostragem, sempre poderíamos lembrar que – tal como observou Peter Russell – o nosso rei D. Duarte (1433-1438) era dos que mais valorizava a importância do “conhecimento erudito de todos os aspectos da arte da guerra”, podendo as instruções e advertências que comunicou ao irmão D. Henrique antes da partida deste para a campanha de Tânger (1437) ser entendidas como um claro reflexo de que também em Portugal “se esperava que os chefes militares (...) estudassem afincadamente a arte da guerra pelos manuais e livros que levavam em campanha (...)”¹²². Recorde-se que D. Duarte recomendava ao irmão a leitura dos “liuros d’auysamentos de pelejas”¹²³ que o rei aparentemente tinha dado ao

¹¹⁹ Vide Bachrach (1985/2002:243-244). Bachrach recorda ainda que outros autores (p. ex., Alexander Murray:1978) dão como provado, a partir deste episódio, que o conde Plantageneta usava a *Epitoma* de uma maneira prática.

¹²⁰ Vide Lester (1988:13); e, sobretudo, Contamine (1986:355-356). A fonte utilizada: as *Chroniques* de Jean Molinet.

¹²¹ Vide Contamine (1986:355). Segundo este autor (*ibidem*, n. 4), também Philippe de Mézières (1327-1407) recomendava aos príncipes franceses e aos grandes oficiais do exército que lessem (ou fizessem ler) a obra de Gil de Roma e “le livre profitable de Vegetius de la chose chevaleresque ainsi intitulé” (*Chroniques* de J. Froissart).

¹²² Vide Russell (2001:250-251).

¹²³ Cf. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*, edição diplomática de J. J. Alves Dias, Lisboa, Estampa, 1982 (n.º 21, p. 131).

infante D. Fernando e ao conde de Arraiolos para levarem a Tânger, o que corrobora a ideia da prática da leitura de manuais de guerra durante uma campanha. Segundo Peter Russell, “há testemunhos de outros países que mostram ser isso prática corrente e que cópias de Vegécio eram lidas por oficiais em campanha na Itália quinhentista”¹²⁴.

Convenhamos, entretanto, que não é fácil transformar indícios (ainda que fortes) em provas irrefutáveis. Mesmo quando o material das fontes parece ser sugestivo da presença inspiradora de Vegécio na orientação de uma determinada campanha, devemos ser prudentes e proceder a uma avaliação crítica do texto em apreço. Bachrach cita, a este respeito, um exemplo curioso. Trata-se da *Gesta Consulum*, uma obra cuja redacção conhecida mais antiga data de meados do séc. XII. Esta fonte relata uma discussão entre Geoffroi Martel (filho do conde de Anjou, Foulque Nerra) e Lisouis de Ambroise, seu senescal, a qual terá tido lugar imediatamente antes da vitória dos Angevinos sobre o conde Thibaud de Blois, em Tours, no ano de 1044. Na reconstrução deste hipotético diálogo, o redactor da *Gesta* parece ter sido influenciado pela *Epitoma*, em especial pelo Liv. III, cap. 11, onde Vegécio enuncia uma série de precauções a ter no dia da batalha. Segundo Bachrach, a história suscita diversas interpretações, embora denuncie o conhecimento de Vegécio nos círculos literários da corte de Anjou em meados do séc. XII (tal como vimos suceder no caso da história dos monges de Marmoutier), assim como a intenção do escritor de levar os leitores a acreditar que os condes de Anjou (por quem era patrocinado) estavam familiarizados com a *Epitoma*. Mas – e esta é a questão fundamental – esses leitores fariam um uso real do tratado de Vegécio? Sempre que nos confrontamos com situações deste género, convém ter primeiro a certeza de que a fonte não revela, ela própria, um conhecimento prévio da *Epitoma*, pois o que se quer é provar que os comandantes usavam Vegécio, não que os cronistas o conheçam¹²⁵...

Perante este dilema, o único caminho razoável que se oferece ao historiador parece ser o apontado por Bernard Bachrach: recolher nas melhores fontes disponíveis o máximo de informação possível sobre a carreira militar de um general da Idade Média, analisar detalhadamente todos os momentos dessa carreira (desde as grandes opções estratégicas aos mais ínfimos detalhes tácticos), sujeitar as fontes utilizadas a um estudo hermenêutico cuidadoso (no sentido de tentar perceber se elas

¹²⁴ Vide Russell (2001:251, n. 12).

¹²⁵ Vide Bachrach (1985/2002:244-245).

estão ou não, à partida, ‘contaminadas’ pelo conhecimento do tratado de Vegécio) e, depois, ponderar de forma sensata todos os elementos e tentar perceber se eles apontam, de forma inequívoca, numa mesma direcção.

O próprio Bachrach testou as potencialidades deste método (que em muito supera o utilizado por Delpach em 1885-1886), aplicando-o à análise das táticas e estratégias utilizadas por Foulque Nerra, conde de Anjou entre 987 e 1040 e homem muito bem sucedido militarmente. Bachrach seleccionou seis exemplos expressivos, retirados de fontes escritas que não podem ser identificadas como tendo sido influenciadas pela *Epitoma*. O resultado, que de seguida sintetizaremos (com alguns aperfeiçoamentos), é apresentado sob a forma de tentativa de comprovação do cumprimento de certos preceitos relevantes de Vegécio por parte de Foulque Nerra:

- i) Vegécio (Liv. III, cap. 9): *quando duas forças ficam frente-a-frente e um dos comandantes decidiu que travará batalha, melhor é atacar do que esperar o ataque adversário*. Nas suas duas únicas batalhas campais (Conquereuil-992 e Pontlevoy-1016), Foulque procedeu assim, de acordo com os testemunhos dos monges Richer (*Histoire de France*, 888-998) e Raoul Glaber (*Les cinq livres de ses histoires*, 900-1044).
- ii) Vegécio (Liv. III): *é preferível evitar o combate se da vitória não vier a resultar um ganho substancial; lutar apenas por amor ao combate e pela glória deve ser rejeitado*. Pelo menos em duas ocasiões, Foulque declinou a proposta do adversário para travar batalha: em Montboyau-1026 (optou por uma retirada faseada ou simulada); e em Saumur-1027 (onde negociou um tratado com o mesmo adversário: Odo II, conde de Blois).
- iii) Vegécio (Liv. III, cap. 9): *quando as forças de um comandante são inferiores, o desgaste indirecto é preferível*. Desde 987 (ascensão de Foulque) até 992, o conde de Anjou procedeu desta forma contra o conde Odo I de Blois (e pelo menos o monge Richer interpretou uma tal estratégia a essa luz).
- iv) Vegécio (Liv. III, cap. 26): *deve utilizar-se o elemento surpresa, sempre que necessário e onde quer que possível*. Assim procedeu Foulque Nerra no Verão de 993 (construção secreta de um *castellum* em território inimigo: Blois) e também na batalha de Pontlevoy, em 1016, onde Foulque dispôs as suas tropas e antecipou de tal maneira bem o *timing* da coluna de

marcha adversário que o conde Odo II de Blois ficou atônito ao descobrir os Angevinos prontos para travar combate. Também em 1026 Foulque lançou um ataque de surpresa contra o *castrum* de Saumur, ao saber que a maior parte da guarnição tinha sido mobilizada para uma campanha ofensiva.

- v) Vegécio (Liv. III, caps. 17 e 26): *vantagens do uso de uma reserva táctica*. Foulque seguiu também este princípio, na batalha de Pontlevoy, contra Odo II de Blois.
- vi) Vegécio (Liv. III, cap. 14): *um comandante deve posicionar as suas tropas de modo a ter o sol nas suas costas e nos olhos do adversário*. Assim procedeu Foulque na batalha de Pontlevoy, onde escolheu o campo de batalha com antecedência e pôde calcular o momento da chegada do inimigo¹²⁶.

A estes seis exemplos, já de si expressivos, Bachrach acrescenta mais três, neste caso combinando dados literários e arqueológicos:

- i) Vegécio (Liv. III, cap. 8): *os acampamentos fortificados devem construir-se (ou adquirir-se) para defesa de linhas de abastecimento e de comunicações*. O relato escrito das actividades de Foulque Nerra¹²⁷ mostra que ele prosseguiu uma tal estratégia; e os registos arqueológicos (*vide* informações nos estudos de L. Halphen e de O. Guillot) também comprovam o facto.
- ii) Vegécio (Liv. III, cap. 8): *o adversário terá relutância em atacar uma área onde uma posição fortificada possa ser socorrida por outra situada nas redondezas*. Foulque parece ter apreciado este preceito: na fortaleza de Montreuil-Bellay, competia à guarnição de *caballarii* procurar os invasores, enquanto *homines* das redondezas da vila vizinha de Méron eram empregues a defender as fortificações.
- iii) Vegécio (Liv. I, cap. 27): *a cavalaria deve treinar as suas montadas através de percursos a cavalo de c. 20 milhas romanas (um pouco menos de 30 km)*. As fortalezas que Foulque construiu ou comprou formavam um sistema em que havia sempre uma posição fortificada a não mais de 35 km de

¹²⁶ Vide Bachrach (1985/2002:245-248).

¹²⁷ A *Historia Sancti Florentii Salmurensis* e a *Gesta Ambaziensium Dominorum*; a *Gesta Consulum*, mais tardia, também dá informações sobre isto, mas não necessariamente fiáveis.

outra (raio máximo em que o cavaleiro podia esperar que a sua montada o suportasse em combate)¹²⁸.

Tudo o que vimos revela que Foulque Nerra, conde de Anjou em finais do séc. X e inícios do séc. XI, usava procedimentos militares que também surgem na *Epitoma rei militaris*. Mas não há prova factual de que ele conhecesse Vegécio (directa ou indirectamente). A experiência e o senso comum – aspectos a que nos referimos no início deste estudo – podem tê-lo levado a adoptar tais procedimentos. Não há provas de que Foulque tenha tido um exemplar da *Epitoma* nas mãos. No entanto, isso não quer dizer que não tivesse tido acesso a ele (ou às ideias de Vegécio). Se Geoffroi Plantageneta tinha uma cópia muito anotada e ampliada da *Epitoma* (como vimos ser admitido por Contamine, a propósito do episódio do cerco de Montreuil-Bellay), esse manuscrito poderá muito bem ter estado, um século antes, na posse de Foulque Nerra e de seu filho Geoffroi Martel (o mesmo que a *Gesta Consulum* retrata a discutir em termos vegecianos, com o seu senescal, a iminente batalha de Tours, em 1044)¹²⁹...

Bachrach teve também o cuidado de averiguar a imagem do conde de Anjou na França do seu tempo, concluindo ser seguro que Foulque era visto pelos seus contemporâneos (e até pela posteridade) como um homem muito cauteloso e intelectualmente superior: um *vir prudens*, “manhoso” na diplomacia e na guerra (cf. os testemunhos dos cronistas Richer, Ademar de Chabannes e Raoul Glaber¹³⁰). E também foi um inovador (*vide* a construção de fortalezas de pedra no ocidente da França, durante os finais do séc. XI, para além de uma torre de igreja espectacularmente alta, em Loches) cuja *probitas* é elogiada, tendo combatido a ignorância (p. ex., através do desenvolvimento da escola catedral de Angers). Isto apesar de Foulque não ser apresentado como um estudioso de livros, a exemplo do seu contemporâneo Guilherme da Aquitânia, elogiado por Ademar de Chabannes por levar consigo livros

¹²⁸ *Vide* Bachrach (1985/2002:248-249).

¹²⁹ *Vide* Bachrach (1985/2002: 251).

¹³⁰ A “prudência” de Foulque é registada por Richer, evitando batalha em condições adversas ou recorrendo a subornos e a promessas para tal. Ademar de Chabannes refere-se à “manha” de Foulque, enquanto a *Gesta Consulum* também o acha um “*vir prudens*”. Quanto a Raoul Glaber, considera Foulque um homem muito cauteloso, ao passo que a *Gesta Ambaziensium Dominorum* o descreve como “engenhoso” (Bachrach, 1985/2002:253, n. 70).

em campanha, à maneira dos grandes imperadores do passado (ao que parece, Foulque estava demasiado ocupado com os seus projectos militares para ter um interesse literário activo)¹³¹.

Tudo considerado, eis as conclusões de Bachrach sobre o caso de Foulque Nerra: embora não haja provas directas de que o conde conhecesse a obra ou as ideias de Vegécio através de livros (e não em resultado da sua experiência militar pessoal), “existe um conjunto de provas circunstanciais indicando que Foulque empregou tácticas e estratégias preconizadas por Vegécio”. As várias “avenidas de investigação” utilizadas fornecem argumentos suficientes para se defender que Foulque, ou utilizou a *Epitoma*, ou acedeu aos preceitos de Vegécio. A mentalidade da época (i.e., a ideia do uso de livros para conseguir vantagens práticas) e a descrição da personagem como um *ingeniosus vir prudens*, apoiante da educação, reforçam (e muito) essa conclusão, assim como o facto de o seu emprego de ideias vegecianas ter sido frequente e consistente. Deste modo, conclui Bachrach, “todas as provas circunstanciais apontam na mesma direcção: Foulque, ou usou ele próprio o *De Re Militari* ou teve acesso a ideias que tinham sido divulgadas através da obra de Vegécio”. Não há provas conclusivas, mas, quando vistos em conjunto, os vários fragmentos da prova circunstancial, apoiando-se mutuamente, sugerem um padrão mais conclusivo do que qualquer indício individual¹³².

O *study case* de Bernard Bachrach a propósito de Foulque Nerra é muito útil para nós, a vários títulos. Acima de tudo, ele mostra como é possível ultrapassar as debilidades da metodologia utilizada por Henri Delpech sem com isso cair no nihilismo de recusar qualquer influência de Vegécio sobre a prática concreta da guerra medieval pelo simples motivo de ela não se poder documentar de uma forma peremptória. Bachrach, excelente conhecedor do conteúdo do tratado de Vegécio, seguiu pistas complementares (literárias e arqueológicas), acautelou o possível contágio das fontes pela *Epitoma rei militaris*, procurou integrar a figura do conde de Anjou na Europa do seu tempo, assinalou a presença (ao menos espiritual) de Vegécio na família angevina no decurso de várias gerações e, no final, constatando como as diversas “provas circunstanciais” apontavam todas na mesma direcção, não teve receio de tirar as devidas ilações. Com tudo isto, Bachrach apontou

¹³¹ *Idem, ibidem* (pp. 253-254).

¹³² *Idem, ibidem* (pp. 254-255).

um caminho – talvez o único viável – no que ao futuro da investigação sobre este tema diz respeito. Não se deseja, nem que se continue a assinalar a presença determinante de Vegécio em tudo quanto é arte militar medieval (esquecendo que muitos dos preceitos da *Epitoma* são intemporais, ditados pelo bom-senso e por circunstâncias naturais e técnicas que estão longe de ser exclusivas da Idade Média), nem que se ponha em causa a influência de uma obra tão amplamente copiada e traduzida um pouco por todo o Ocidente europeu até ao Renascimento, uma obra que é citada e largamente transcrita em vários dos tratados políticos e formativos mais importantes dos sécs. XII a XV, que constitui presença regular na cronística da Baixa Idade Média¹³³ e que, manifestamente contém tantos elementos de actualidade para a arte militar medieval, mesmo para aquela que era praticada no extremo final da Idade Média.

Centrada sobre uma personagem da Alta Idade Média (período em que, à excepção do Renascimento Carolíngio, a obra de Vegécio teve menor divulgação), a complexa averiguação de Bachrach rompe o cerco e ilumina o caminho para investigações futuras. Valeria a pena seguir este modelo e aplicá-lo a outros casos concretos (em Portugal, p. ex., seria interessante fazer algo do género para a figura de Nun' Álvares Pereira, a partir de relatos como a *Crónica do Condestabre* ou as *Crónicas de Fernão Lopes*), sem preconceitos nem partidarismos, embora tendo sempre presente que as condições em que se desenrolava a guerra medieval (sem exércitos permanentes, logo sem treino colectivo regular) e o próprio enquadramento da cultura coeva (reduzido grau de alfabetização, acesso muito restrito ao acto escrito ou à leitura) obrigam

¹³³ Para nos cingirmos ao caso português, tivemos já a oportunidade de assinalar a presença de Vegécio na literatura portuguesa de Quatrocentos, citando exemplos concretos do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela* (D. Duarte), do *Leal Conselheiro* (D. Duarte), da *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes* (Gomes Eanes de Zurara) e das *Ordenações Afonsinas*. Isto para não falar na forte presença do *De Regimine Principum* de Gil de Roma (obra que existia em latim e em língua vulgar na livraria do rei D. Duarte), cuja terceira parte do Livro III não é mais do que um resumo do tratado de Vegécio e que é citada por D. Duarte nas duas obras acima mencionadas e também no *Livro dos Conselhos*, para além de ter servido a Fernão Lopes para a construção do Prólogo da sua *Crónica de D. Pedro I* e de reaparecer na *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes* (onde se chega a afirmar que era lida muitas vezes em voz alta na câmara real) e também na *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Zurara. Vide Monteiro (1998:195-196).

a circunscrever o debate acerca da influência real da *Epitoma* de Vegécio sobre a prática militar medieval ao universo dos respectivos mentores. Ou seja, a essa “crème de la crème” da sociedade dos *bellatores*, num mundo de guerreiros e camponeses, como um diz lhe chamou Duby¹³⁴.

Bibliografia

- ALLMAND, Christopher, “The Fifteenth-Century English Versions of Vegetius’ *De Re Militari*”; in Matthew Strickland (ed.) *Armies, Chivalry and Warfare in Medieval Britain and France*. Paul Watkins, Stamford, **1998** (pp. 30-45).
- ALLMAND, Christopher, “Did the *De Re Militari* of Vegetius influence the Military Ordinances of Charles the Bold?”; in *Publication du Centre Européen d’Études Bourguignonnes (XIV^e-XVI^e s.)*, n.º 41, **2001** (pp. 135-143).
- AYTON, A. / PRESTON, P., *The Battle of Crécy, 1346*. Woodbridge, Boydell, **2005**.
- BACHRACH, B. “The Practical Use of Vegetius’ *De Re Militari* during the Early Middle Ages”; in *The Historian*, vol. XLVII, **1985** (pp. 239-255); reimpr. in *Warfare and Military Organization in Pre-Crusade Europe*, Ashgate, Variorum, **2002** (I).
- CONTAMINE, P., *Guerre, État et Société à la fin du Moyen Âge. Études sur les armées des rois de France, 1337-1494*. Paris-Haia, Mouton Éditeur, **1972**.
- CONTAMINE, P., *La Guerre au Moyen Age*. 2.^a ed., Paris, P.U.F., **1986** (ed. orig. : 1980).
- DELPECH, H., *La Tactique au XII^{ème} siècle*. Montpellier-Paris, **1885-1886** (2 vols.).
- DUBY, G., *Guerreiros e Camponeses. Os primórdios do crescimento económico europeu, sécs. VII-XII*. Trad. port., Lisboa, Estampa, **1978** (ed. orig.: 1947).
- FEUGÈRE, M., *Weapons of the Romans*. Trad. ingl., Charleston, Tempus Publishing Inc., **2002**.
- FRANCE, John, *Western Warfare in the Age of the Crusades (1000-1300)*. Ithaca, New York, Cornell University Press, **1999**.

¹³⁴ Vide Georges Duby (1978).

- GARCÍA FITZ, F., “La didáctica militar en la literatura castellana (segunda mitad del siglo XIII y primera del XIV)”; in *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 19, **1989** (pp. 271-283).
- GARCÍA FITZ, F., *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y Tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Universidad de Sevilla, **1998**.
- GILES, L., *Sun Tzu, A Arte da Guerra*. Lisboa, Sílabo, **2006**.
- GILLINGHAM, J., “‘Up with Orthodoxy!’: in Defense of Vegetian Warfare”; in *Journal of Medieval Military History*, vol. II, **2004** (pp. 149-158).
- GOFFART, Walter, “The date and purpose of Vegetius’ ‘De re militari’”; in *Traditio*, vol. 33, **1977** (pp. 65-100).
- GRIFFITH, S. B., *Sun Tzu, The Art of War*. Londres, Duncan Baird Publishers, **2005**.
- HOFFMEYER, A. B. de, “Las Armas en la historia de la Reconquista”; in *Gladius*, Tomo Especial, **1988** (pp. 31-105).
- LESTER, G., *The Earliest English Translation of Vegetius’ De Re Militari*. Heidelberg, **1988**.
- MOLINIER, A., “Compte rendu sur *La Tactique au XII^{ème} siècle* d’H. Delpech”; in *Revue Historique*, n.º 36, **1888** (pp. 185-195).
- MONTEIRO, J. G., *A formação marcial dos guerreiros medievais portugueses. A teoria e a prática*; in Actas do VIII Colóquio de História Militar. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, **1997** (pp. 51-58).
- MONTEIRO, J. G., *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa, Ed. Notícias, **1998**.
- MONTEIRO, J. G., *Vegécio e os sons da reforma militar romana: por um futuro cheio de passado!*; in “Revista de História das Ideias”, n.º 29, **2008** (pp. 159-190).
- MONTEIRO, J. G. / BRAGA, J. E., *Vegécio, Compêndio da arte militar*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, **2009**. Edição bilingue, comentada.
- MONTEIRO, J. G., *Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do “paradigma Gillingham”*; in Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, **2009b** (no prelo).
- MORILLO, S., “Battle Seeking: The Contexts and Limits of Vegetian Strategy”; in *Journal of Medieval Military History*, vol. I, **2002** (pp. 21-41).
- MURRAY, A., *Reason and Society in the Middle Ages*. Oxford, **1978**.

- ORTOLEVA, V., “A propósito di una recente edizione dell’*Epitoma Rei Militaris* di Vegezio”; in *Emerita*, vol. LXXIV 1, enero-junio de **2006** (pp. 47-75).
- PAUL, J., *Histoire intellectuelle de l’Occident médiéval*. Paris, Armand Colin, **1998**.
- PRESTWICH, M., *Armies and Warfare in the Middle Ages. The English Experience*. New Haven-Londres, Yale University Press, **1996**.
- REEVE, Michael D., “The Transmission of Vegetius’s *Epitome rei militaris*”; in *Aevum*, n.º 74, **2000** (pp. 243-354).
- REEVE, M. D., *Vegetius, Epitoma Rei Militaris*. Oxford University Press, **2004**.
- RICHARDOT, Philippe, *Végèce et la Culture Militaire au Moyen Âge (V^e-XV^e siècles)*. Paris, Economica, **1998**.
- ROGERS, C. J., *War Cruel and Sharp. English Strategy under Edward III, 1327-1360*. Suffolk, The Boydell Press, **2000**.
- ROGERS, C., “The Vegetian ‘Science of Warfare’ in the Middle Ages”; in *Journal of Medieval Military History*, vol. I, **2002** (pp. 1-19).
- RUSSELL, P. E., “The Medieval Castilian Translation of Vegetius, *Epitoma de rei militaris*: An Introduction”; in *Spain and its Literature. Part I*, ed. Anne L. Mackenzie, Liverpool University Press & MHRA, **1997** (pp. 49-63).
- RUSSELL, P., “Terá havido uma tradução medieval portuguesa do *Epitome rei militaris* de Vegécio?”; in *EVPHROSYNE*, Revista de Filologia Clássica, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, Nova Série, Volume XXIX, Lisboa, **2001** (pp. 247-256).
- SCHRADER, C. R., “A Handlist of Extant Manuscripts containing the *De Re Militari* of Flavius Vegetius Renatus”; in *Scriptorium*, n.º 33, **1979** (pp. 280-305).
- SMAIL, R. C., *Crusading Warfare, 1097-1193*. 2nd edition. Cambridge University Press, **1995** (ed. orig.: **1956**).
- SPALDING, O. L. et al., *Warfare: A Study of Military Methods from Earliest Times*. Nova Iorque, **1925**.
- WISMAN, J., “L’*Epitoma Rei militaris* et sa fortune au Moyen Age”; in *Le Moyen Age*, Tome LXXXV, n.º 1, **1979** (pp. 13-31).